

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JOÃO VICTOR DE BRITO BARBOSA

**O PROCESSO DE REMILITARIZAÇÃO DO JAPÃO: DA
INSTABILIDADE REGIONAL PÓS GUERRA FRIA AO GOVERNO
ABE**

Recife

2020

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JOÃO VICTOR DE BRITO BARBOSA

**O PROCESSO DE REMILITARIZAÇÃO DO JAPÃO: DA
INSTABILIDADE REGIONAL PÓS GUERRA FRIA AO GOVERNO
ABE**

Trabalho de Conclusão de Curso como exigência parcial para graduação no curso de Relações Internacionais, sob orientação Prof. Dr. Elton Gomes dos Reis.

Recife

2020

Catálogo na fonte
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

B238p Barbosa, João Victor de Brito.
O processo de remilitarização do Japão: da instabilidade regional
Pós Guerra Fria ao Governo ABE / João Victor de Brito Barbosa. –
Recife, 2021.
88 f.: il. color.

Orientador: Prof. Dr. Elton Gomes dos Reis.
Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia – Relações
Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2021.
Inclui bibliografia.

1. Japão. 2. Remilitarização. 3. China. 4. Estados Unidos. 5.
Defesa. I. Reis, Elton Gomes dos. II. Faculdade Damas da Instrução
Cristã. III. Título.

327 CDU (22. ed.)

FADIC (2020.2-433)

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JOÃO VICTOR DE BRITO BARBOSA

**O PROCESSO DE REMILITARIZAÇÃO DO JAPÃO: DA
INSTABILIDADE REGIONAL PÓS GUERRA FRIA AO GOVERNO
ABE**

Trabalho de Conclusão de Curso como exigência parcial para graduação no curso de Relações Internacionais, sob orientação Prof. Dr. Elton Gomes dos Reis.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio Henrique Lucena da Silva

Prof. Dr. Rodrigo Santiago da Silva

Orientador, Prof. Dr. Elton Gomes dos Reis

Recife

2020

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus; a minha família por ter me apoiado, a meus amigos e colegas de faculdade que fizeram parte dessa jornada comigo. Agradeço ao corpo docente que me ajudou com dedicação e profissionalismo, ampliando meus horizontes.

Agradeço especialmente ao professor, e orientador, Elton Gomes por seu apoio, críticas construtivas e principalmente por ter acreditado em mim e no meu trabalho.

Agradeço a todos que direta ou indiretamente me auxiliaram a concluir essa etapa da minha vida e carreira.

RESUMO

Desde a ocupação do Japão pelos EUA pós Segunda Guerra, o país negou em sua Carta Magna o direito do Estado a beligerância. Entretanto com o decorrer das décadas os EUA e o próprio Japão perceberam que para garantir seus interesses internacionais e suas estratégias geopolíticas o país teria que se engajar de forma definitiva com estratégias bélicas de defesa. Nesse trabalho será abordado a instabilidade regional que elevou as desconfianças regionais durante os anos 90, pós-guerra fria. Uma análise crítica e teórica das relações Japão-EUA e Japão-China bem como do posterior engajamento nipônico nas missões de paz das Nações Unidas, e as reformas realizadas pelo governo de Shinzo Abe na década de 2010. O objetivo desse trabalho é analisar e compreender o desenvolvimento e as consequências da remilitarização japonesa no contexto regional. Além disso, ressaltar as problemáticas decorridas da quebra da balança de poder instaurado no pós-guerra e por que isso acarretou uma real necessidade de mudança de postura para todos na região.

Palavras-chaves: Japão; Remilitarização; China; Estados Unidos; Defesa.

ABSTRACT

Since the post-World War II, U.S. occupation of Japan, the country has denied in its Constitution the right of the State belligerence. However, over the decades, the USA and Japan have realized that in order to guarantee their international interests and their geopolitical strategies, the country would have to engage definitively with bellicose defense strategies. In this paper, we will address the regional instability that raised regional mistrust during the 1990s, post-cold war. A critical and theoretical analysis of Japan-US and Japan-China relations as well as the subsequent Japanese engagement in United Nations's peacekeeping missions, and the reforms carried out by the Shinzo Abe government in the 2010s. The aim of this work is to analyze and understand the development and consequences of Japanese remilitarization in the regional context. In addition, to highlight the problems arising from the break in the balance of power established in the post-war period and why this caused a real need for a change in attitude for everyone in the region.

Keywords: Japan; Remilitarization; China; United States; Defence..

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E TABELAS
LISTA DE ILUSTRAÇÕES E TABELAS

Imagem 1 - Pretensões territoriais no Mar do Sul da China.....	18
Gráfico 1 - Balança EUA-Japão no comércio de bens	20
Imagem 2 - A posição estratégica de Okinawa.....	24
Gráfico 2 - Gastos militares do Japão 1995-2017 em milhões de USD	25
Tabela 1 - Trends in Chinese Government and Other Vessels in the Waters Surrounding the Senkaku Islands.....	31
Imagem 3 - Exemplos de padrões de voo de aeronaves russas e chinesas para os quais houve mobilização de aeronaves em resposta.....	31
Gráfico 3 – Gastos militares japoneses e chineses sobrepostos	33
Tabela 2 - Número de visitas e respostas chinesas ao templo de Yasukuni	36
Tabela 3 – Quadro de comparação países G4 e P5	44
Tabela 4 - Opinião popular quanto ao envio do SDF para missões de peacekeeping	50
Imagem 4 – Timeline do Japão 1947-1990.....	55
Imagem 5 – Timeline Japão 1991-2008.....	56
Gráfico 4 – Envios militares japoneses além-mar.....	57
Tabela 5 – Os gastos militares do Japão (2009-2012).....	62
Gráfico 5 – Aprovação do Governo 2012-2015.....	70
Imagem 6 – Materiais da Força de Autodefesa Terrestre 2013 em comparação aos dados de 2019.....	72
Imagem 7 – Materiais da Força de Autodefesa Marítima e Guarda Costeira, 2013 em comparação aos dados de 2019.....	73

GLOSSÁRIO GLOSSÁRIO

A2/D2	Material anti acesso negação.
ADIZ	East China Sea Air Defense Identification Zone.
AMPO	Treaty of Mutual Cooperation and Security Between the United States. and Japan. Ampo na sigla em japonês.
ASDF	Força de Autodefesa Aérea.
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas.
DPJ	Partido Democrata Japonês.
EUA	Estados Unidos da América.
G4	Grupo dos 4, constituído de Alemanha, Brasil, Japão e Índia.
GSDF	Força de Autodefesa Terrestre.
HVGP	Projétil de hipervelocidade.
IPCA	International Peace Cooperation Assignments.
JCG	Guarda Costeira japonesa.
LDP	Partido Liberal Democrata.
MMEA	Malaysian Maritime Enforcement Agency, Guarda costeira malaia.
MSDF	Força de Autodefesa Marítima.
NDPG	New Defense Programs Guidelines.
ODA	Assistência ao Desenvolvimento Além-mar.

ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
P5	Grupo dos cinco países com poder de veto no CSNU, são eles: EUA, China, Rússia, Reino Unido e França.
PCG	Philippine Coast Guard.
SDF	Forças de Autodefesa
TPP	Parceria Transpacífico
UNOGIL	United Nations Observation Group in Lebanon
UNTAC	United Nations Transitional Authority in Cambodia
UNTAET	United Nations Transitional Administration in East Timor
UNUMOZ	United Nations Operation in Mozambique
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VCG	Vietnam Coast Guard

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I – A INSTABILIDADE REGIONAL.....	15
1.1 A parceria Japão-EUA	19
1.2 As relações Japão-China	28
CAPÍTULO II – O TURNING POINT.....	38
2.1 A participação nas Nações Unidas e o G4	41
2.2 A participação japonesa na Guerra do Golfo (1990-1991)	46
2.3 A nova legislação e as primeiras missões internacionais.....	50
2.4 Atuação no Iraque	54
CAPÍTULO III - AS REFORMAS.....	59
3.1 Entre governos Abe 2008-2012	59
3.2 Segundo governo Abe.....	63
3.3 As reformas	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS.....	79

INTRODUÇÃO

Em 3 de Maio de 1947 entrava em vigor a atual Constituição japonesa. Criada sob a ocupação americana (1945-1952), tal documento define o sistema parlamentarista de governo com a redução dos poderes imperiais, assim como uma nova gama de direitos individuais em conformidade aos direitos humanos. Entretanto a Carta Magna japonesa foi dotada de um elemento constitutivo com o objetivo de minar as capacidades bélicas do Estado. Assim o Japão que foi o grande adversário norte-americano durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), seria incapacitado de iniciar ou mesmo travar outro conflito, mantendo o status quo e a preponderância norte-americana na região. O Capítulo II, Artigo 9 da Constituição de 1947 diz o seguinte:

Article 9. Aspiring sincerely to an international peace based on justice and order, the Japanese people forever renounce war as a sovereign right of the nation and the threat or use of force as means to settling international disputes.

In order to accomplish the aim of the preceding paragraph, land, sea and air forces, as well as other war potential, will never be maintained. The right of belligerency of the state will not be recognized.

A denegação do direito a beligerância ocasionou na abolição das instituições militares e a existência exclusiva das forças policiais japonesas. Nesse contexto inicial de Guerra Fria, a desmilitarização fazia total sentido, se apresentava como forma de punição dos Aliados à Terra do Sol Nascente, porém mais que isso, buscava assegurar a posição americana no extremo oriente como base estratégica de propagação dos ideais ocidentais face a zona de influência soviética. Entretanto em 1946, ano em que a Constituição japonesa foi elaborada, todavia só entrando em vigor no ano seguinte, a Guerra Fria já se acalorava às margens do Rio Amarelo. A península da Coreia, sob controle japonês desde 1910, passou para o controle dos Aliados em agosto de 1945, ambos soviéticos e americanos se estabeleceram nos dois lados do paralelo 38 aos moldes da repartição alemã. A China por sua vez, com o fim da guerra retomou seu antigo conflito entre o Kuomintang (Partido Nacionalista Chinês, governante até então) e o Partido Comunista Chinês que em 1949 obteve a vitória, o que ocasionou na implementação do regime comunista no país, aliado a Moscou.

Em 1952, último ano da ocupação americana no arquipélago japonês marcou uma

mudança de postura. Com o barril de pólvora em que a região se tornou com a Guerra da Coreia (1950-1953) os Estados Unidos percebem sua inabilidade em sozinho garantir a segurança do Japão. A partir deste momento o país entra em campanha para desfazer a cláusula pacifista, por ele mesmo elaborada. O Tratado de Cooperação Mútua e Segurança Entre Estados Unidos e Japão de 1951 estabelecia que em troca de defesa o Japão aceitava a permanência de bases americanas em seu território como a de Okinawa, formalizando a presença americana em solo japonês. “Hence, through U.S. sponsorship, Japan was able to regain place in the international community and, equipped with U.S. military protection, was free to pursue economic reconstruction.” (HUGHES, 2017. 85p)

Desde os anos 50, pode-se perceber que gradualmente e com diferente intensidade os EUA pressionam o Japão para alterar sua cláusula pacifista e engajar-se efetivamente na defesa regional. Para auxiliar na proteção das ilhas, em 1952 a Reserva Nacional Policial (National Police Reserve) foi renomeada como Força Nacional de Segurança (National Safety Force) e em 54 como Forças de Autodefesa (Self Defence Forces ou SDF). O art. 9 foi interpretado pela suprema corte como não opositor à autodefesa como direito soberano da nação. As forças de autodefesa foram então implementadas para gerir ameaças internas a segurança e desastres naturais. Visando contornar a impossibilidade de termos militares como

Exército, Marinha e Aeronáutica, as forças foram nomeadas como Força de autodefesa terrestre (GSDF), Força de autodefesa marítima (MSDF) e Força de autodefesa aérea (ASDF).

Após a criação das Forças de autodefesas, da “Estabilização” do conflito na Coreia e do fim da ocupação americana, o Japão se viu livre e novamente soberano para tomar suas decisões. O Primeiro ministro Shigeru Yoshida (1878-1967) que governou o país no período de 1946-1954 formulou uma doutrina seguida pelos próximos 37 anos. Conhecida como Doutrina Yoshida, estabelecia que:

- (1) Japan ensures its national security through an alliance with United States;
- (2) Japan maintains a low capacity for self-defense; and
- (3) Japan spends resources conserved by the first and second policies on economic activities to develop the country as a trading nation (YONEYUKI, 2016. p.01)

Mas por que o Japão, um país orgulhoso de se declarar como *Heiwa Kokka* (Nação da paz), busca uma mudança tão brusca de postura? O tema permanece controverso, há uma divisão nos meios acadêmicos e na opinião popular sobre os fatores reais e a necessidade

dessa remilitarização. Para os Liberais o posicionamento japonês como nação industrial e comercial é o suficiente para impedir um conflito de larga escala na região. Uma vez que Japão, China e Coreia possuem largos laços econômicos o comércio seria mais vantajoso que a guerra. Por outro lado os Realistas vêem a questão pelo viés do dilema de segurança. Uma vez que em 2019 seis (Rússia, China, Japão, Coreia do Sul, Índia e Arábia Saudita) do top 10 em gastos militares mundiais estão na Ásia¹ e destes, quatro são do Leste Asiático, a região demonstra realmente viver uma corrida armamentista. Juntamente a isso as diversas incursões sofridas pelo Japão em seu território soberano, por parte de submarinos chineses e mísseis norte-coreanos prova a sensibilidade e incapacidade japonesa de impor sua total soberania territorial. Por outro lado estão os construtivistas a afirmar que a situação é uma reafirmação do discurso nacionalista presente neste início do século XXI. Argumento esse que se relaciona as polêmicas visitas de Primeiros Ministros Japoneses ao santuário Xintoísta de Yasukuni. Por ser este um santuário dedicado aos que morreram em guerra, nele há o nome de comprovados criminosos de guerra, onde uma visita do Premiê só serviria para instilação de “glórias” e passados distantes e conflituosos.

Este processo pode ser analisado de diferentes formas, mas a inegabilidade da visão Realista a torna mais atrativa. Os EUA são de fato incapazes de garantir por si só toda a segurança e defesa do arquipélago japonês, como por vezes já admitiu, e busca desde os anos 50 maior engajamento do país em sua própria segurança. A corrida armamentista decorrente da instabilidade regional está a acontecer, a cada ano os países do leste asiático se comprometem mais e mais com compra e exportação de material de segurança e o Japão não é exceção. Na última década (2010-2019) o país aprovou uma série de legislações internas indo desde a autorização do uso das Forças de autodefesa (SDF) além-mar e em defesa de aliados, até a alteração da legislação interna incentivando a indústria de armamento bélico, tema altamente controverso desde os anos 1960, quando ocorreram exportações de material japonês para a Guerra do Vietnã (1955-1975). O Governo Abe Shinzo (2012-2020) juntamente a seu partido, o Partido Liberal Democrata (LDP), anunciou como próximo passo a ser tomado a plena revisão do Artigo 9 da constituição, como maneira de levar novamente o Japão a sua condição de “Estado normal”. Situações como a atual questão da Crise no Mar do Sul da China, dos Mísseis norte-coreanos, da disputa pelas ilhas Senkaku-Diaoyu e das incursões em águas territoriais do Japão são questões de real disputa geopolítica e ameaçam a

¹ Dados do The Military Balance 2019

existência e soberania japonesa.

Para examinar o objeto acima descrito, o presente trabalho está dividido como o seguinte: O capítulo 1 discorre sobre as relações entre o Japão e seus aliados, competidores e entorno regional. Nele serão debatidos os interesses, estratégias, programas de cooperação e geopolítica japonesa. Indo desde a aliança EUA-Japão durante a Guerra Fria e no imediato Pós-Guerra Fria até as questões de balança de poderes e equilíbrio regional como entre Japão e seu principal vizinho contencioso a China. No segundo capítulo abordarei o projeto remilitarizador japonês, indo dos seus primórdios e fundamentos nos anos 90, com a Guerra do Golfo (1990-1991) e a atuação das SDF em missões de paz das Nações Unidas; O que, por fim, gerou a liberdade para envio do SDF em missões além-mar. Este capítulo abordará também o pleito japonês por um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e a atuação japonesa na Guerra do Iraque, ponto fundamental para a legislação regulatória de atuação militar internacional do país até os dias atuais. Por fim no terceiro capítulo concluiremos, apresentando o posicionamento e as atitudes tomadas pelo governo Abe, as mudanças na legislação pacifista, tomadas em 2016 e o futuro do projeto remilitarizatório com as novas “facilidades” em importação e exportação de material bélico, e as novas alianças regionais que se desenham em face a expansão marítima chinesa.

O projeto foi elaborado tendo como método pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica e documental com uso de bibliografia acadêmica, se utilizando de documentos oficiais de Estados tais como Departamento de Estado dos Estados Unidos da América, Ministério dos Negócios Estrangeiros Japonês (MOFA), Departamento de Defesa americano e Ministério da Defesa Japonês e organizações multinacionais, também levando em conta análise de dados de acordos bilaterais e multilaterais em cooperação de defesa entre os Estados do leste asiático. Com acesso remoto de dados e emprego de estatística descritiva.

Capítulo 1 – A instabilidade regional

As nações do leste asiático coexistiram de forma razoavelmente equilibrada até o início dos processos neocoloniais do século XIX. Não que as disputas entre as nações fossem inexistentes, longe disso, durante o Século XVI China, Japão e Coreia se envolveram na Guerra Imjin (1592 - 1598) e antes disso em inúmeros outros conflitos, entretanto com o estabelecimento do Shogunato Tokugawa (1600-1868) e a política de isolamento adotada pelo Japão (Sakoku) a região obteve uma relativa paz. Essa estabilidade foi destruída com o expansionismo imperialista japonês, e apesar dos esforços pós Segunda Guerra, duramente mantida. O conceito de Balança de poder é diretamente relacionado a noções de estabilidade e hegemonia. A Balança de poder sugere que hegemonias não se formam em sistemas multipolares, uma vez que ao perceber uma ameaça de hegemonia os Estados se organizaram de forma a balancear esta (LEVY, 2004, p. 37). Essa teoria de Balança de poder sistêmica (WALTZ, 1979) representa um instrumento usado a séculos pela humanidade, na Grécia antiga por Tucídides, no Império Romano contra as invasões bárbaras (300-800) e nesse caso pode-se evidenciar em toda a história japonesa; Desde as invasões mongóis até as alianças feudais do período Sengoku (1467-1615). Entretanto o equilíbrio sistêmico concebido no pós-guerra diferia em muitos aspectos do equilíbrio regional adotado no passado. A ruptura do sistema internacional que se deu no séc XIX se baseava primariamente na paridade, econômica, tecnológica e militar dos três principais pivôs da região, Coreia, China e Japão. A chegada dos europeus e americanos em meados do século trouxe inovações tecnológicas, sociais e de mercado que romperam totalmente com tudo até então experimentado na região. Esse novo paradigma trouxe gritantes disparidades entre essas três nações e acarretou em ondas de imperialismo, que levaram ao conflito em larga escala.

O equilíbrio de poderes estabelecido em 1945-46 em muito diferia de qualquer coisa ocorrida na região anteriormente. Nessa nova ordem a segurança, e interesses locais foram inicialmente e pela primeira vez na história, retiradas das mãos dos Estados regionais. Duas nações estrangeiras, que apesar de possuírem presença na região jamais a controlaram, tomaram o protagonismo. A União Soviética, que se fazia presente por meio da sua porção oriental, apesar de já haver desempenhado papel em conflitos da região como a guerra Russo-japonesa de 1904-1905; agora no pós-guerra basicamente controlava mais da metade do continente. Os EUA presente nas Filipinas, então colônia, e como força de ocupação das

ilhas japonesas despontou como o segundo grande player regional. Nesse novo ambiente a estabilidade foi mantida através da competição promovida pela bipolaridade e pelo temor da mútua destruição que ocorreria em caso de um eventual conflito. Nesse ambiente a paz não foi celebrada, mas imposta por dois países que mesmo possuindo participação territorial na região não eram regionais de verdade. Os interesses americanos e soviéticos, assim como sua cultura, forma de pensamento, sociedade e idiomas sempre foram de matriz Europeia e pouco se assemelhavam ao sistema proeminentemente budista/confucionista de cultura, sociedade e modo de vida do leste asiático.

Mearsheimer² afirma que o mundo viveu da década de 40 até os anos 90 com a desintegração da União soviética um sistema bipolar, com dois grandes players pleiteando a hegemonia global. Mas após esse período o mundo entrou em um sistema Unipolar prolongado dos anos 90 até por volta de 2016. A questão que se deve analisar é, como se comportou uma região onde dois poderes externos impunham a paz e controlavam a competição regional a partir do momento que um destes poderes deixou de existir? A resposta não é simples e não se mostrou construída ao menos até o momento, início da década de 2020 do século XXI. A evasão da União Soviética na região levou a um vácuo de poder duramente preenchido, a Federação Russa, sucessora da URSS durante toda a década de 90 e início dos anos 2000 mergulhou em uma série de questões internas, crises e movimentos separatistas deixando seus anteriores satélites praticamente abandonados. Na Europa esse vácuo de poder foi rapidamente preenchido pela expansão da União Europeia para o leste, entretanto, China e Coreia do Norte dificilmente se aliarão com o bloco ocidental, que lhes foi inimigo por quase meio século.

No caso norte-coreano a resposta para garantir por si só sua independência e soberania foi o investimento em material bélico nuclear. Com o recrutamento de cientistas iranianos e líbios para o projeto, a hostilidade da comunidade internacional para com o país foi fortalecido, entretanto foi um meio efetivo no afastamento dos inimigos. A China por outro lado apostou em um posicionamento mais aberto, multilateral e econômico. Continuando com o já em curso, programa de desenvolvimento econômico de Deng Xiaoping, a China buscou por meio do desenvolvimento industrial entrar na economia de mercado global e promover

² UniCEUB; John Mearsheimer: The plague and the future of international politics; Youtube; Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uNu-7vej4&list=FLA9dieud3s30Mx4zYMILVA&index=2> ; Acessado em: 27/08/2020

sua participação em fóruns multilaterais. Nesse novo cenário Japão e Coreia do sul estreitaram ainda mais seus laços com os Estados Unidos.

Ainda segundo Mearsheimer³ a partir de 2016-17, o mundo entrou em um novo sistema de poder, a unipolaridade incontestada norte-americana hoje tem concorrentes globais, a China economicamente e a Rússia militarmente. Nesse novo contexto a globalização teve impacto fundamental, as grandes mídias, os sistemas de transportes e de informação tudo isso tornou a competição mais acirrada e trouxe novos players para a disputa isso também aconteceu na Ásia- Pacífico. Onde historicamente ao longo dos milênios os enfrentamentos e disputas ocorriam entre três principais Estados (Coreia, China e Japão), a Segunda guerra mundial (1939-1945) e a nova ordem mundial decorrente desta acrescentaram novos elementos: Estados Unidos e União Soviética. Hoje esse número cresce cada vez mais, nas palavras de Nuno Santiago Magalhães o leste asiático é formado por:

(...) Um garante externo do equilíbrio regional de poder (EUA), uma potência em contínua ascensão (China), uma grande potência econômica caminhando para a normalização político-militar (Japão), uma nação dividida em dois estados (Coreia), e uma comunidade política de futuro indefinido que constitui um foco de tensão regional (Taiwan). (MAGALHÃES, 2007, p.37).

Nesse meio podemos adicionar novas nações, provindas de outros conflitos, algumas fora do extremo oriente mas que tiveram seus interesses transpostos para a região por meio da globalização e por isso são fatores que não podem ser desprezados em uma análise. Primeiramente vale destacar a Índia, adversário histórico chinês na questão da Caxemira (Kashmir) onde disputa fronteira com a China e o Paquistão. Nos últimos anos sob o governo Modi, a Índia teve grande participação em compras de material bélico dentre os quais vale destacar, armamentos japoneses e brasileiros. A Cooperação Japão-Índia se estende a termos de segurança, tendo mecanismos bilaterais de comunicação e coordenação de ações para a paz, segurança e prosperidade⁴ no leste asiático. Ponto crucial da cooperação Índia-Japão é o balanceamento da Relação China-Paquistão adversários de ambas as partes.

Com a recente disputa pelas águas do Mar do Sul da China, Singapura, Indonésia,

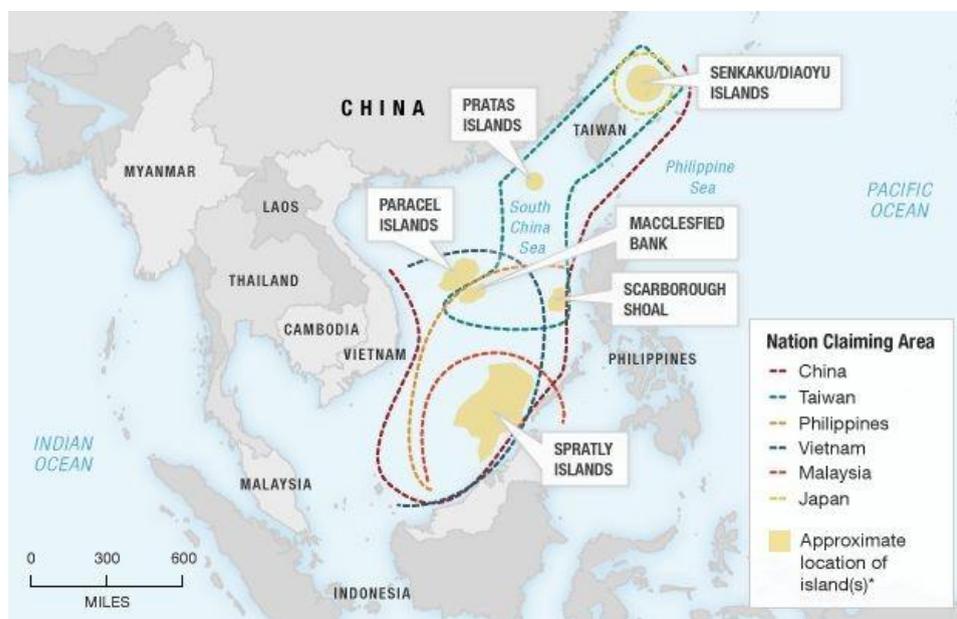
³ Ibid

⁴ Japanese Ministry Of Foreign Affairs (MOFA): Japan-India Relations (Basic Data) Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/india/data.html#:~:text=Japan%20and%20India%20signed%20a,countries%20have%20enjoyed%20cordial%20relations>. Acessado em 15/10/2020

Filipinas, Vietnã, Malásia, Brunei e Taiwan têm se envolvido cada vez mais. Tendo suas rotas comerciais ameaçadas e temendo um novo expansionismo imperialista na região dessa vez pela parte chinesa, os países têm investido em material A2/AD (Armamento anti-acesso) incluindo baterias de mísseis baseados em terra, submarinos a diesel e aeronaves armadas com mísseis anti-navio e minas. Assim atualmente, a China não é capaz de projetar seu poder até as costas desses países, uma vez que a extensão da linha logística aumentaria muito os custos além de dificultar a capacidade de reabastecimento das forças Chinesas. Enquanto por outro lado os países da região atuam com força total. Apenas na região nordeste próximo às Filipinas a China conseguiria facilmente derrotar a oposição local e estabelecer controle marítimo (BECKLEY, 2017).

Por fim pode-se perceber que na região os ânimos não foram apaziguados como o foram na Europa. O conflito foi controlado pela imposição estrangeira mas não superado regionalmente, e ao longo das décadas reafiorou. É indispensável para compreender a remilitarização japonesa, se compreender a dinâmica das relações internacionais da região, com suas complexas rivalidades e alianças ocasionais. Por tanto nesse meio é imprescindível analisar as relações Japão-EUA, Japão-China.

Imagem 1 - Pretensões territoriais no Mar do Sul da China

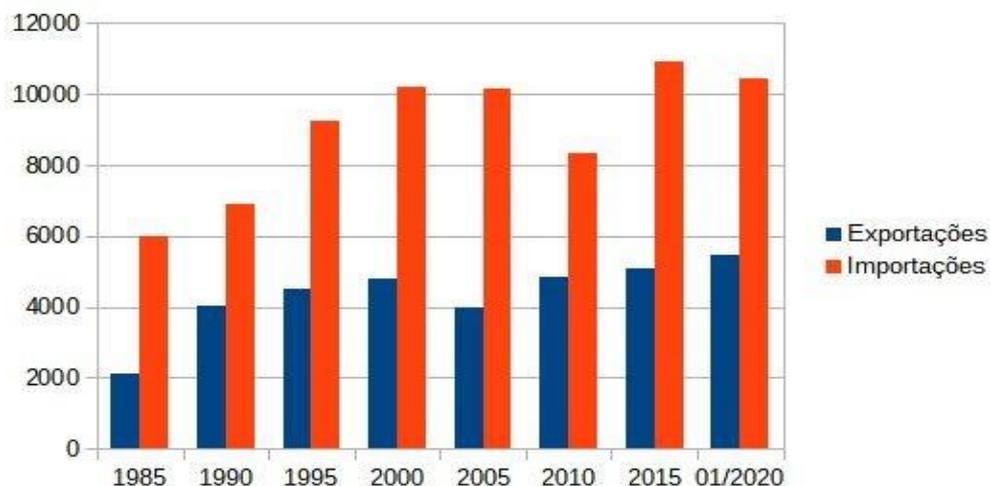


Fonte: Stephanie d'Otreppe/NPR

1.1 A parceria Japão – Estados Unidos

A história das relações Japão-EUA remontam ao século XIX, passando por um momento de imposição americana a tratados desvantajosos e disparidade nas relações entre ambos, logo o Japão atingiu o patamar de modernização necessário para equilibrar a balança deste relacionamento. A partir do início do século XX, ambos os países passaram por um estretecimento de suas relações, hora aliados, hora concorrentes. Mesmo após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), conflito em que atuaram como aliados, as nações se distanciavam cada vez mais. O isolacionismo ainda adotado pelos EUA no entre guerras foi essencialmente oposto ao expansionismo militar japonês e após o choque extremo em que os países se enfrentaram durante a Segunda guerra mundial as relações entre estes foram restabelecidas. Atualmente possuem um dos maiores tratados em cooperação no planeta, indo de matéria econômica a militar, tecnologia e educação.

Ao menos desde 1985 os Estados Unidos possuem uma relação comercial deficitária com o Japão. Ao longo dessas três décadas os EUA importaram mais que exportaram para o país asiático. Entretanto mesmo com essa relação comercial prejudicial, os Estados Unidos ainda arca com enormes despesas em defesa, segurança e projetos extrarregionais no Japão. O Gráfico abaixo trata do comércio de bens entre Japão e Estados Unidos. Apesar da queda do comércio mundial de bens ser um problema dos EUA desde os anos 1970, quando o país passou a exportar mais serviços, a grande disparidade permanece prejudicial a sua balança comercial com o Japão, país que também é exportador majoritário de serviços. Assim sendo o que levaria os Estados Unidos a arcar com enormes gastos em um país estrangeiro que praticamente não possui riquezas minerais e combustíveis fósseis, ao mesmo tempo que lhe propicia uma relação comercial desvantajosa?

Gráfico 1 - Balança EUA-Japão no comércio de bens.⁵

Fonte: Elaborada pelo próprio autor a partir de dados do United States Census Bureau.

*Nota: Todos os valores estão em milhões de dólares americanos em uma base nominal, sem ajuste sazonal. Os detalhes podem não ser iguais aos totais devido a arredondamentos.

O Departamento de Estado Americano define “The U.S.-Japan Alliance is the cornerstone of U.S. security interests in Asia and is fundamental to regional stability”. Para entender este papel de “pedra angular” do Japão para os interesses de segurança americanos é preciso entender o papel desempenhado por este durante a Guerra Fria e a teoria geopolítica adotada na política Americana de contenção ao comunismo. Como bem-apresentado por Kissinger o Japão na Guerra Fria “foi capaz de identificar sua política externa com a dos Estados Unidos, a milhares de quilômetros de distância.” (KISSINGER,1994, p. 26). Este foi um fator fundamental para nações inimigas se tornarem aliados históricos; As disputas entre o Japão e a Rússia que remontam desde a Guerra Russo-Japonesa (1904-1905) e as disputas pelas ilhas Curilas (Kuriru) geraram a desconfiança para com os Soviéticos que levou o Japão a aliança com os americanos.

Como fator gerador dessa aliança temos dois pontos, a Doutrina Yoshida adotada no Japão durante os anos 50 e 60, e a política de contenção soviética adotada pelos EUA durante esse mesmo período. Em 1951 o primeiro-ministro Shigeru Yoshida assinou em São Francisco os termos que levaram ao fim da ocupação aliada das ilhas, juntamente a estes foi assinado o primeiro Tratado de Segurança entre Estados Unidos e Japão (Security Treaty Between the United States and Japan). Este primeiro acordo forneceu inúmeras bases para os posteriores, como o “requerimento” por parte japonesa que as forças americanas permanecessem presentes na ilha e a “aceitação” por parte dos EUA. As intenções de Yoshida

⁵ Dados do United States Census Bureau (1985-2020)

de relegar totalmente às forças americanas a proteção da ilha, enquanto o governo focaria apenas nos interesses econômicos o levou a declarar ao ser perguntado se o Japão se tornaria uma colônia americana, Yoshida respondeu em reunião com o Conselheiro da missão americana ao Japão, Cloyce K. Huston, em 8 de abril de 1950:⁶

(...) he always replies that, just as the United States was once a colony of Great Britain but now is the stronger of the two, if Japan becomes a colony of the United States, it will also eventually become the stronger!

O Professor da Universidade de Osaka, Sugita Yoneyuki em seu artigo para o *The Japanese Journal of American Studies* (2016) basicamente define a doutrina como a realocação de recursos militares para o setor econômico buscando desenvolvimento e reconstrução da nação, com a segurança relegada aos EUA. Durante todo o período da Guerra Fria a Doutrina se manteve consistente e funcionando, entretanto com o fim desta a Doutrina Yoshida não era mais capaz de prover satisfação ao país.

Com o fim da Guerra Fria e o desmantelamento do bloco soviético o equilíbrio de poderes mudou, a instabilidade no leste asiático gerou uma espiral de desconfiança que ocasionou em um dilema de segurança. A Coreia do norte sem seu provedor soviético de segurança e estabilidade iniciou um programa nuclear, que embora denunciado desde 1989 se provou real em 2006. A China, desde os anos 1970 sob o governo Deng Xiaoping iniciou reformas para enfim se abrir às questões globais, e durante a década de 1990 passou a reivindicar vários territórios na Ásia-Pacífico. Em 1995 e 1996 o país do meio realizou uma série de ataques balísticos contra as águas territoriais do Taiwan em resposta a eleições realizadas neste. Ao mesmo tempo os EUA se colocavam como “polícia global” atuando em diversos conflitos ao redor do globo, desde a Guerra do Golfo (1991), aos conflitos na Iugoslávia (1991-2001) juntamente a OTAN. Sabendo que os EUA não poderiam arcar totalmente com sua defesa em um mundo multipolar com diversos players e competidores, o Japão decide então iniciar um processo de mudança em seu posicionamento internacional.

A opinião do Primeiro ministro Yoshida, quanto a comparação EUA-Inglaterra e EUA-Japão se torna coerente com as ações que guiaram os interesses e os resultados obtidos pelo Japão ao longo dos anos. Durante meados dos anos 1980 o Japão se tornou uma potência industrial e econômica global, ameaçava superar economicamente os próprios Estados

⁶ Memorando da conversa na íntegra disponível em:
<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v06/d703> Acessado em: 25/08/2020

Unidos, entretanto a crise ocorrida no final da década e anos 1990 deu um basta nesse crescimento explosivo e o tornou mais devagar.

Em 1960 os dois países assinaram o principal e mais importante ponto da relação entre ambos o Tratado de Cooperação Mútua e Segurança entre Japão e Estados Unidos da América na sigla em japonês AMPO⁷. Este tratado estabeleceu de vez a manutenção das forças americanas e concedeu territórios/bases para ocupação das forças armadas deste país no Japão. Como Yoshida Kensei professor da Universidade de Obirin define em seu artigo ao *The Asia-Pacif Journal* em 2008, as bases americanas transformaram regiões do país como Okinawa em “colônias militares⁸”.

Ao receber o mandato de defesa das ilhas, os EUA uma força estrangeira presente na região, se consolidou como um poder regional e a longo prazo permanente. A Doutrina Truman de contenção soviética, seguida também pelo posterior governo de Eisenhower, visualizou nas ilhas a oportunidade de impedir a propagação da ideologia marxista pelas ilhas do pacífico. Como linha diretriz da política externa americana na época se encontrava a Teoria geopolítica do Rimland (1942) (ou das Fimbrias) de Nicholas J. Spykman (1893-1943) construída sobre a ideia de *Heartland* de Mackinder (1861-1947).

A teoria de Mackinder⁹ focada prioritariamente no poder terrestre, se baseava no controle da Eurásia, bloco esse que comporia o *Heartland*. Para o autor o controle da região acarretaria no acúmulo de materiais e profundidade necessários para lançar uma ofensiva global. Vale ressaltar que o autor possuía uma visão britânica de contenção a Rússia e que tentava impedir o surgimento de uma outra potência, como a Alemanha. “Who rules East Europe commands the Heartland; who rules the Heartland commands the World-Island; who rules the World-Island commands the world.” (MACKINDER, 1962, p. 150). A teoria do poder terrestre, formulada por Mackinder em 1904 e revisada por este em 1919 e 1943 foi complementada com o surgimento da Teoria das Fimbrias de Spykman (1942). Spykman conseguiu unir teorias conflitantes como a do Poder Terrestre (MACKINDER, 1904) e a do Poder Marítimo (MAHAN, 1890) ao mesmo tempo que criou algo genuíno. A Teoria das Fimbrias concorda na existência do *Heartland*, porém não considera este a área pivô, o

⁷ Tratado disponível em: <https://www.mofa.go.jp/region/n-america/us/q&a/ref/1.html> acessado em 01/12/2020

⁸ Para saber mais ler: YOSHIDA KENSEI. *The Asia-Pacific Journal. US Bases, Japan and the Reality of Okinawa as a Military Colony*. 2008. Disponível em: <https://apjff.org/-Yoshida-Kensei/2857/article.html>. Acessado em: 28 ago. 2020.

⁹ Para saber mais ler: *The Geographical Pivot of History*

Rimland área intermediária entre o interior da Eurásia e os mares que a cercam constituiria a verdadeira área pivô. Nesse aspecto era de fundamental importância o poderio marítimo, uma vez que Mackinder via segurança na profundidade territorial, Spykman pontua como ideal o continente controlado pelo mar, evitando a expansão do *Heartland*.

Logo após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), percebendo que o território do *Heartland* representava virtualmente todo o território soviético, Policy Makers americanos como George F. Kennan, ideólogo da política de contenção, resolveram utilizar a estratégia de Spykman no combate a URSS. A disposição do arquipélago japonês como um conjunto de ilhas circulando o leste asiático foi perfeito para a execução da contenção. Ao longo de toda metade final do século 20, Coreia do sul, as ilhas principais do Japão, Okinawa, Taiwan e as ilhas Filipinas atuaram como um cordão que impedia a expansão marítima rumo ao pacífico dos adversários americanos. Durante o decorrer da Guerra do Vietnã (1955-1975), o Presidente Chinês Mao Tse-tung escreveu ao Diário do Povo chinês:

Os imperialistas americanos esperam credulamente que sua agressão armada contra Taiwan nos impedirá de libertá-la. Ao redor da China, seus planos de bloqueio tomam corpo no formato de uma cobra. Começando na Coreia do sul, seguem pelo Japão, as ilhas Ryukyu, Taiwan, as Filipinas e erguem a cabeça, então, no Vietnã.”
(Hastings. 1987, p.133)

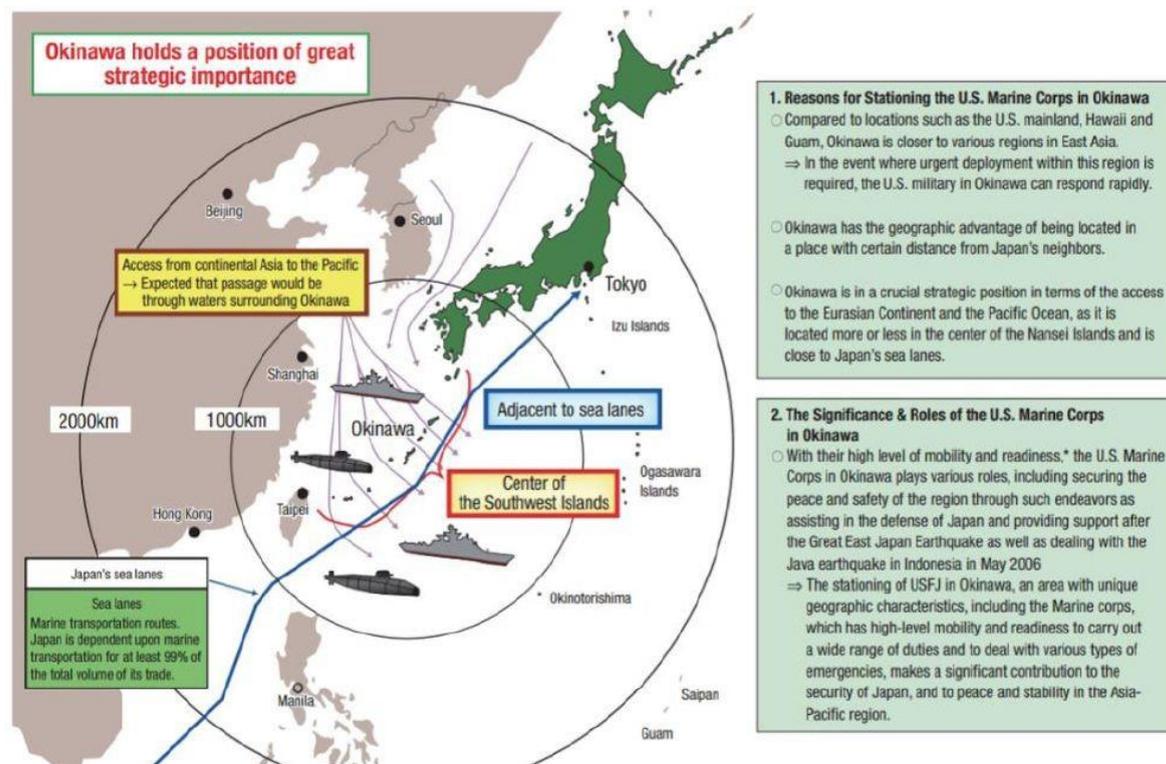
Esta política de contenção, permaneceu em uso durante toda a Guerra Fria e usada pelos dois lados. A política Soviética sobre Cuba era em âmbitos gerais a mesma desenhada pelos EUA sobre o Japão, a contenção e divisão da atenção do adversário. Localizada no Golfo do México, Cuba se mostra um ponto de inflexão na política americana até os dias de hoje, uma vez que sua posição estratégica lhe permite tanto um ataque direto contra os EUA. quanto uma ameaça de eventual incursão territorial, já que o Golfo do México leva diretamente ao Rio Mississippi e Missouri. A teoria dos Great Power Politics¹⁰ de Mearsheimer tratam diretamente deste ponto quando visualiza Cuba e Taiwan como Estados imersos na área de influência de outrem como forma de dispersão da atenção e oportunidade de incursão.

Soviéticos e Chineses tinham preocupações parecidas quanto ao Japão. Durante a Guerra da Coreia (1950-1953), o país foi usado como base para catapultar as forças

¹⁰ Mearsheimer, J. J. (2001). The tragedy of great power politics. WW Norton & Company.

americanas a solo coreano, o que garantiu, com a divisão das Coreias e o estabelecimento da Coreia do Sul, mais um ponto de apoio para eventual catapultagem de tropas rumo União Soviética ou China.

Imagem 2 - A posição estratégica de Okinawa



Fonte: Ministry of defense. JAPAN'S WHITE PAPER, 2016

Com o fim da Bipolaridade, e o desmantelamento do mundo soviético um novo mundo era anunciado, entretanto nessa nova realidade, o Tratado de Cooperação Mútua e Segurança entre Japão e Estados Unidos (AMPO, na sigla japonesa) resistiu e em determinados momentos se fortaleceu. Contrariando as expectativas isso se deu principalmente, mas não exclusivamente, por um motivo, a República Popular da China.

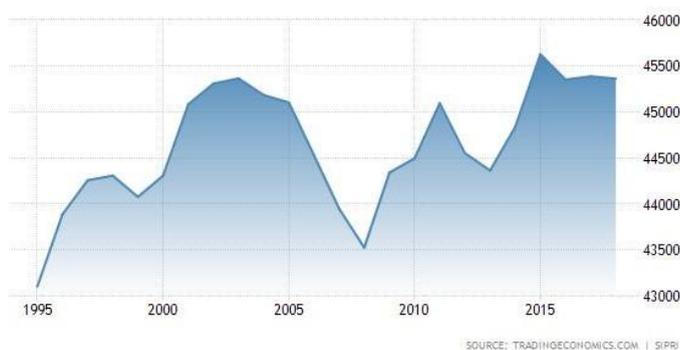
Ainda que em meados dos anos 1990 a China não estivesse nem perto do poder econômico que conquistou ao longo dos anos pós-crise de 2008, o país do meio já se mostrava um adversário complicado aos interesses ocidentais no leste asiático. O principal momento durante a década de 1990 que apresentou ao mundo a disposição chinesa em defender seus interesses com uso da força se necessário, foram os bombardeios ao estreito de Taiwan em 1996. Em resposta as eleições Taiwanesas o gigante asiático fez uso de mísseis balísticos na tentativa de intimidar o eleitorado a não votar no candidato anti-China Lee

Teng-Hui. O ataque a águas territoriais taiwanesas trouxe preocupação para o presidente americano Bill Clinton que enviou o porta-aviões USS *Independence* para águas internacionais próximas a Taiwan. A crise foi contornada e com o passar do tempo os ânimos arrefeceram, entretanto a preocupação da região com uma nova crise que escalasse para um conflito permaneceu.

Ponto extremamente importante da política externa norte-americana, a Teoria de Spykman (1942) nunca sumiu completamente do mapa. Até os dias atuais o país se utiliza de bases no leste europeu, oriente médio, sudeste asiático, Oceania e leste asiático, todos locais chave para a teoria das Fimbrias. A manutenção do AMPO com o Japão e o aprimoramento deste apenas exemplifica que as mesmas estratégias de contenção estão hoje sendo aplicadas a China.

Em 2020 o tratado de segurança Japão-EUA, com algumas mudanças, completa 60 anos. Nos anos 70, com o Choque do Petróleo (1973) e a crise global subsequente, que também foi agravada pela Guerra do Vietnã (1955-75), o Japão aceitou arcar com parte do orçamento em defesa, parte esta que veio crescendo ao longo dos anos. Em seu artigo Tatsuro Yoda (2006) apresenta que em 1978 o gasto japonês sobre as tropas americanas instalados em seu território eram inferiores aos 50 bilhões de yenes, em 1988 esse gasto já superava os 100 bilhões de yenes. Enquanto nos anos 70 o gasto era em função das despesas com funcionários, nos anos 80 o Japão passou a arcar com parte dos custos de instalações. Em 1996 e 1997 o país atingiu um topo dos gastos com as forças americanas estacionadas em seu território, mais de 250 bilhões de yenes foram gastos com pessoal, instalações e serviços como moradia para militares americanos fora das bases, eletricidade e água.

Gráfico 2 - Gastos militares do Japão 1995-2017 em milhões de USD.



Fonte: Tradineconomics.com / SIPRI

Os gastos militares japoneses a partir do fim da Guerra Fria possuem bastante

coerência. Nos anos iniciais da década os gastos cresceram exponencialmente tendo em vista o início da atuação do país em missões extraterritoriais pela primeira vez no pós-guerra, por meio de diversas missões de paz das Nações Unidas.

Entretanto no final da década o padrão sofre uma queda em decorrência da Crise dos Tigres Asiáticos (1997), que afetou a economia Japonesa em menor escala, mas retomou o crescimento nos anos seguintes. No início da década de 2000 os gastos japoneses continuaram crescendo tendo em vista a continuação das missões de paz e a atuação japonesa no Iraque, entretanto em 2008 com a rejeição pela suprema corte da atuação japonesa neste país, as forças japonesas foram retiradas e o orçamento militar entrou em queda livre.

Houveram três motivos principais para tal; primeiramente o ceticismo quanto a atuação das SDF além-mar, após a inconstitucionalidade da ação no Iraque, posicionamento tido como humilhante para vários cidadãos, militares e policy makers. Em segundo a Crise de 2008 que atingiu gravemente o país asiático com grande participação no mercado financeiro.

Por fim a sucessão de políticos do Partido Democrata Japonês (DPJ, na sigla em inglês) abertamente contrário ao posicionamento remilitarizatório. Após passado o auge da crise, o país volta a retomar seus gastos anteriores, e em 2012 vê o retorno do Partido Liberal Democrata (LDP) ao governo entretanto uma segunda onda da crise atinge o país que entra em recessão e só retoma seu crescimento em meados de 2013. A partir de então o país retoma sua escalada de gastos, chegando a um ápice em 2015 de mais de 45.500 Milhões de dólares, a partir de então o país vem mantendo um investimento constante.

Vale ressaltar que juntamente a aliança bilateral Japão-EUA, ambos participam também de uma série de instituições, acordos e tratados com outros países da região. O Trilateral Strategic Dialogue e o Defence Cooperation Forum, são órgãos focados nas questões de defesa, coordenados por Estados Unidos, Japão e Austrália. Coordenado com a Índia há o U.S.-Australia-India-Japan Consultations, também chamado de Quadrilateral Security Dialogue (The Quad), que busca apoio ao desenvolvimento sustentável liderado pelo setor privado, segurança marítima e boa governança.

Assim, as pretensões chinesas encontram diversos entraves regionais. Temas como a expansão marítima chinesa e o conflito no Mar do sul da China são debatidos em instâncias internacionais onde os temores individuais de cada nação encontra amparo. Grande parte dos novos importadores de material bélico japonês, pós-reforma do Arms Exports Ban, é encontrado nesses mecanismos de segurança. Justamente Índia e Austrália configuram como

os principais compradores regionais. Índia que explicitamente está em uma escalada armamentista, efetuando acordos de compra e joint ventures com gigantes exportadores dos EUA e Brasil, como a Taurus. Já a Austrália demonstrou ímpeto em buscar seus interesses geopolíticos, ao apresentar o novo *Statement of principles on alliance defense cooperation and force posture priorities in the Indo-Pacific* o país entrou de vez na disputa anti-imperialismo chinês; Chegando a participar de treinamento militar naval conjunto com EUA e Japão no mar das Filipinas em julho de 2020.

Por fim vale ressaltar que a aliança Japão-Eua por meio do AMPO foi fortalecida em 2015, através do *Revised U.S.-Japan Defense Guidelines*, que promoveu formas novas e expandidas de cooperação orientada à segurança. Tais como a comunicação, cooperação e troca de informações das respectivas agências de inteligência entre ambos países. Na questão dos mísseis balísticos ambos os países se comprometeram em buscar recursos de alerta precoce, interoperabilidade, cobertura de rede em tempo real, troca de informações e buscar melhorias abrangentes de capacidades para responder à ameaça destes. Em 2017 no auge das tensões EUA-Coreia do norte, o país decidiu introduzir mísseis Aegis¹¹ ao seu arsenal, mas devido ao alto custo e preocupações com a segurança da população local decidiu postergar a produção destes. Segurança marítima, proteção de ativos, treinamento e exercícios, apoio logístico, uso das instalações e medidas para lidar com refugiados são temas agora amplamente debatidos no novo acordo e que demonstram que a cooperação militar Japão-EUA está longe de se tornar obsoleta.

Entretanto esta aliança sofre ameaças por parte do governo Donald Trump (2016-2020). As atitudes do presidente ao questionar alianças históricas e já estabelecidas dos Estados Unidos levou a um sentimento de desconfiança japonês quanto a crença que os EUA viriam em sua defesa em caso de conflito. O questionamento quanto a posição da OTAN colocando em cheque a cláusula de defesa mútua, razão de ser da organização, juntamente ao abandono da Parceria Trans-Pacífico (TPP) mostrou ao Japão que os EUA não são atualmente fonte de inquestionável confiança quanto ao cumprimento de seus acordos, e que a região pacífico não ocupava mais pauta prioritária da política externa americana (Smith, S., & McClean, C., 2017.).

¹¹ O sistema de defesa de mísseis balísticos AEGIS é um programa norte-americano de defesa contra mísseis balísticos de curto e médio alcance, o programa realiza funções de proteção para os aliados estratégicos dos EUA como OTAN, principalmente no leste europeu e Japão. Para saber mais ler:<https://missilethreat.csis.org/system/aegis/>

1.2 Relações Japão – China

Como proposto por John Herz (1950), em um Jogo de Soma Zero para alguém vencer é necessário que haja um perdedor. Nesse sentido quando um Estado obtém maior poder de defesa necessariamente os países do entorno perdem poder defensivo. A nova configuração de poder no extremo oriente reflete diretamente um jogo de soma zero, com suas consequências observáveis na espiral de desconfiança e armamentismo que ronda a região há três décadas. Relacionando a outra teoria, há o dilema do prisioneiro, este ocorre quando um Estado não possui confiança nas atitudes adotadas por um vizinho, o único caminho plausível para a solução deste impasse é a cooperação entre ambas as partes. Porém a cooperação requer um mínimo necessário de boa fé, algo que não pode ser alcançado sem duros esforços diplomáticos de todas as partes. Assim, nesse clima de desconfiança que se aprofunda, China e Japão possuem uma relação complexa e problemática. Para o Japão a China é o principal parceiro de Importação e Exportação enquanto que a China tem no Japão seu quarto maior exportador e importador¹². E nesse clima de cooperação comercial e competição defensiva ambos os Estados realizam bloqueios diplomáticos que prejudicam a estabilidade e relações destes. Os principais eventos debatidos neste subcapítulo serão: a questão das ilhas Senkaku/diaoyu, as incursões de embarcações chinesas em águas territoriais do Japão e as visitas ministeriais japonesas ao santuário xintoísta de Yasukuni.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) por meio do Artigo 2 do Tratado de Paz de São Francisco (1951), o Japão definiu suas fronteiras territoriais. O Artigo 3 definiu as ilhas Senkaku/Diaoyu como áreas de administração americana, com as ilhas Nansei Shoto (o que incluía a ilha de Okinawa). Entretanto o Acordo de Reversão de Okinawa (*Okinawa Reversion Agreement de 1972*), reverteu à soberania japonesa todas as ilhas americanas obtidas no Artigo 3 do Acordo de Paz de São Francisco. A transferência de soberania das ilhas gerou protestos no governo chinês, levando a uma reafirmação dos EUA de que um ataque chinês a alguma dessas ilhas se enquadraria no Artigo 5 do Tratado de Segurança Mútua Japão-EUA (US-Japan mutual security treaty – AMPO), o que necessariamente implicaria a obrigação norte-americana de defender as ilhas. Apesar da disposição em defendê-las estas ilhas possuem importância puramente estratégica, devido a combustíveis

¹² Dados do OEC (The Observatory of Economic complexity) e do Trading economics. Disponíveis em: <https://oec.world/en/profile/country/jpn> ; <https://tradingeconomics.com/china/imports> ; <https://tradingeconomics.com/china/exports> Acessados em: 14/09/2020

fósseis nas águas circundantes e como ponto de apoio logístico para eventual conflito.

Although the islands have been disputed over for years, they serve little tactical or practical purpose beyond spreading maritime territory. Neither China nor Japan truly desires acquiring the territory of the islands, but want them in order to expand their Air Defense Identification Zone, secure marine territory for their ships, and to have access to the potential oil reserves in the ocean surrounding the islands. (LEE, 2017 p.51)

Em 1972 o governo chinês a fim de estabelecer relações diplomáticas com o Japão aceitou ignorar a existência de tal disputa, o governo japonês seguiu o modelo de seu vizinho e ambos não mencionaram a posse das ilhas diretamente pelos meios diplomáticos oficiais. Em 2002 o Japão arrendou as ilhas para donos privados, porém em 2012 voltou atrás na decisão e readquiriu três das cinco ilhas sob domínio estatal. Em outubro de 1996 ativistas de Hong Kong em 49 barcos se aproximaram das ilhas, 41 invadiram águas territoriais japonesas, e 4 pessoas desembarcaram em solo da ilha Uotsuri¹³. Juntamente a esse incidente de desembarque ilegal nas ilhas, que acabou por se repetir em 2004¹⁴, um submarino Chinês foi descoberto em torno das ilhas em novembro de 2004. A crescente ameaça de uma possível invasão, demonstrada possível na prática por civis em botes, levou o governo japonês a adotar uma postura mais agressiva em relação as suas águas territoriais. Como observado por Haushofer¹⁵ em sua teoria das Pan-Regiões, Estados poderosos tendem a não respeitar fronteiras, intervindo, invadindo e ultrapassando a soberania de Estados menores. Esta questão estava no cerne das preocupações japonesas. O National Defense Program Guidelines, FY 2005-2, cita claramente uma ameaça de invasão iminente quando define:

We will maintain necessary defense force structure to respond effectively to the invasion of Japan's offshore islands, improve and strengthen capabilities to transport

¹³ Dados do Japan Coast Guard Annual Report 2016, Disponível em: https://www.kaiho.mlit.go.jp/e/annual_report_of_jcg.html

¹⁴ "Vessel with Chinese activists on board intruded into Japan's territorial waters surrounding the Senkaku Islands, and seven activists landed on Uotsurishima." *ibid*.

¹⁵ Teórico de grande importância para a geopolítica, Haushofer propunha que os Estados necessitariam de largas faixas territoriais para se desenvolver. Um dos criadores da ideia de Lebensraum, o autor afirmava que grandes potências não reconhecem fronteiras internacionais. O que o levou a formular nos anos entreguerras (1919-1939) sua teoria das Pan Regiões, dividindo o globo em extensas massas de terra contínuas que seriam lideradas por potências regionais de poder político, cultural e econômico. Para saber mais ler: HESKE, H. (1987). Karl Haushofer: his role in German geopolitics and in Nazi politics. *Political Geography Quarterly*, 6(2), 135-144.

and deploy forces, and deal with the invasion in a flexible manner. (...) We will maintain necessary defense force structure, including ships, aircraft and other assets, to carry out around-the-clock patrol and surveillance in the sea and airspace surrounding Japan. We will also maintain fighter aircraft units to respond instantly to the violation of our territorial airspace, as well as combatant ships and other assets in order to respond to armed special-purpose ships operating in waters surrounding Japan, submerged foreign submarines operating in Japan's territorial waters, and other similar vessels.

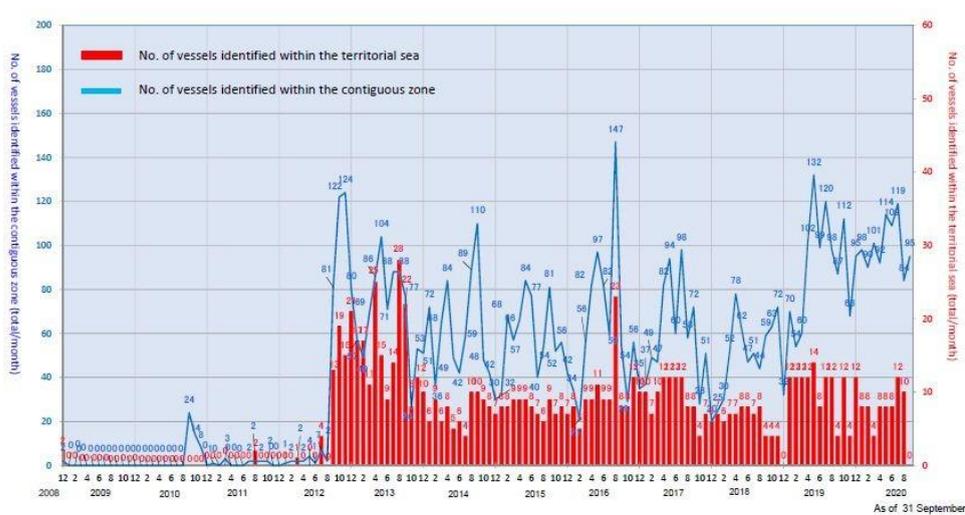
Em março de 2010 o governo chinês aprovou a “Law of the People’s Republic of China on island protection”, que na prática autorizava proteção chinesa de ilhas desabitadas que serviriam de delimitação do mar territorial para propósito de defesa¹⁶. Em novembro de 2013, o governo chinês anunciou o estabelecimento de “an East China Sea Air Defense Identification Zone” (ADIZ), tal zona deliberadamente incluiu o espaço aéreo das ilhas Senkaku/Diaoyu sobre território chinês. Imediatamente ao estabelecimento do ADIZ, foram enviados uma aeronave de inteligência TU-154 e uma aeronave de modelo Shaanxi Y-8, para sobrevoar as ilhas. Os EUA declararam que não reconhecer a Zona e continuaram a sobrevoar as ilhas sem declarar a China. Desde 2013 as incursões chinesas nas ilhas diminuíram drasticamente, contudo, de 5 a 21 de agosto de 2016 por exemplo, 108 embarcações operando sob bandeira chinesa (estatais e pesqueiras) operaram em águas territoriais japonesas¹⁷. Em abril de 2014 o presidente Obama reafirmou a posse japonesa das ilhas concedidas em 1972 no Okinawa reversion Agreement. Em 2012 em meio a tamanha tensão entre os países, Abe Shinzo foi reconduzido ao cargo de Primeiro-ministro, adotando uma política mais dura e declaradamente revisionista quanto ao Artigo 9 da Constituição japonesa. Pode-se afirmar que Abe jamais chegaria ao cargo se as eleições de 2012 não contassem com a crescente ameaça de uma invasão Chinesa.

¹⁶ Disponível em:

<https://www.ilo.org/dyn/natlex/docs/ELECTRONIC/85808/96278/F383034778/CHN85808.pdf> Acessado em 16/09/2020

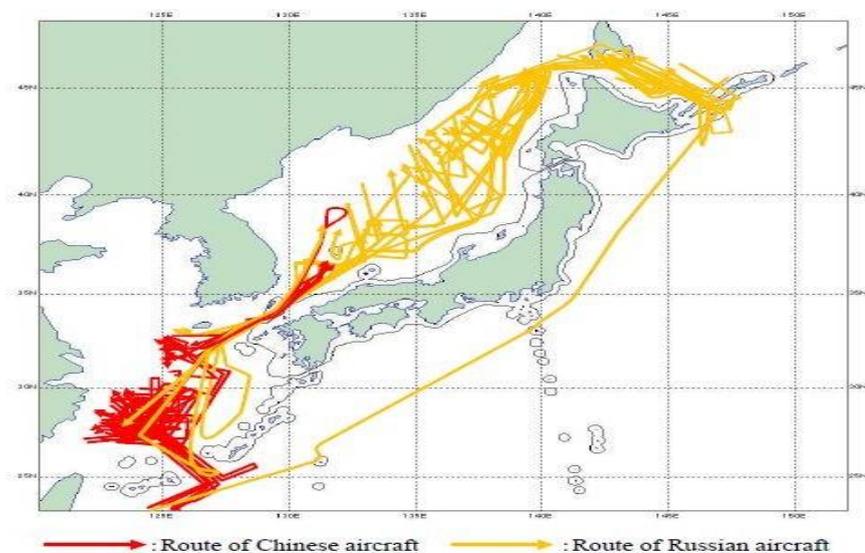
¹⁷ Dados do MOFA, disponíveis em: <https://www.mofa.go.jp/files/000180283.pdf> Acessado em: 16/09/2020

Tabela 1 - Trends in Chinese Government and Other Vessels in the Waters Surrounding the Senkaku Islands



Fonte: Japan Ministry of Foreign Affairs, Mofa¹⁸

Imagem 3 - Exemplos de padrões de voo de aeronaves russas e chinesas para os quais houve mobilização de aeronaves em resposta



Fonte: Japan Ministry of Defense, MoD¹⁹

Em 2000, visando maior controle sobre suas águas territoriais, o governo japonês reconfigurou a guarda costeira nacional. Formulada em 1948 com o nome de Maritime Safety Agency a instituição teve sua área e alcance de atuação revistos, assim a mudança de

¹⁸ Disponível em https://www.mofa.go.jp/region/page23e_000021.html Acessado em 01/12/2020

¹⁹ Disponível em https://www.mod.go.jp/js/Press/press2020/press_pdf/p20200409_02.pdf Acessado 01/12/2020

nomenclatura para Japan Coast Guard. Desde 2001 a nova instituição tem por missão: patrulhar o mar territorial do Japão assim como sua zona econômica exclusiva; combate ao contrabando e imigração ilegal; contra pirataria; contraterrorismo; conduzir vigilância sobre operações ilegais e embarcações pesqueiras estrangeiras; agir contra embarcações suspeitas e navios de vigilância; agir contra atos ilegais, lidar com atos ilícitos cometidos por navios de pesquisa oceanográfica estrangeiros; disparar em embarcações não conformes que ignoram os avisos; e patrulhar e guardar águas próximas a territórios disputados, como as ilhas Senkaku / Diaoyu (THE DIPLOMAT, 2019).

Apesar de não se configurar como uma entidade militar, a guarda costeira japonesa (JCG) já se envolveu em atividades militares anteriormente. Em 1999 embarcações da instituição dispararam em um submarino espião norte-coreano localizado próximo a região de Noto, este foi o primeiro uso de tiros de aviso por parte do Japão desde 1953. Em 2001, embarcações da JCG, juntamente a força de autodefesa marítima, dispararam em autodefesa contra uma embarcação espiã norte-coreana que lhes disparou primeiro. Esse foi o primeiro uso de força letal por parte do Japão desde a Segunda Guerra Mundial²⁰.

A importância da guarda costeira japonesa não deve ser subestimada, em uma manobra que permite explorar brechas na legislação japonesa, a guarda costeira vem se tornando um braço da marinha japonesa livre das restrições de pessoal e capacidades constitucionais, uma vez que a JCG não é uma força armada. A importância da instituição para os últimos governos japoneses é nítida. Fortalecida sob o gabinete de Junichiro Koizumi, a JCG hoje atua sobre comando próprio, em seu primeiro mandato Abe indicou o comandante da JCG para o ministério dos transportes, comando esse renovado pela terceira vez, rompendo com a tradição de indicações burocráticas para esta pasta.

Outra tradição japonesa referente a guarda costeira é o programa para assistência ao desenvolvimento além-mar (overseas development assistance, ODA²¹) que contribui no desenvolvimento material e financeiro de guardas costeiras internacionais, principalmente aliados econômicos estratégicos do Japão. No sudeste asiático, vale destacar que o país tem esforços especialmente focados no desenvolvimento da guarda costeira Filipina (PCG), do Vietnã (VCG), Indonésia e Malásia (MMEA). Países que possuem contenciosos com a China em relação ao Mar do Sul da China. Assim pode-se perceber que o Japão está fortalecendo os

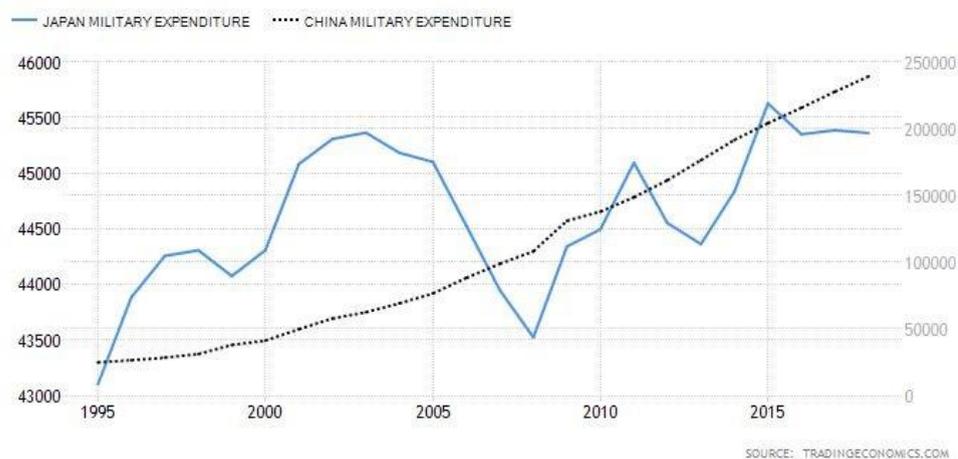
²⁰ <https://thediplomat.com/2019/12/the-ever-evolving-importance-of-japans-coast-guard/> Acessado em 19/10/2020

²¹ Para saber mais ler: https://www.mofa.go.jp/policy/oda/page_000009.html Acessado em 01/12/2020

adversários chineses a fim de garantir seus interesses econômicos na região, ademais o país também realiza exercícios navais conjuntos, provendo não só o material mas os recursos humanos necessários para operá-los.

Para encerrar a questão das incursões e a resposta japonesa a estas na forma da guarda costeira, pode-se analisar o gráfico de gastos militares sobrepostos chineses e japoneses:

Gráfico 3 – Gastos militares japoneses e chineses sobrepostos



Fonte: Trading economics/SIPRI.

*dados em milhões de dólares.

Com esses dados pode-se analisar que além do grande crescimento em gastos militares, chinês e japonês proporcionados durante os anos 1990, há picos no gasto japonês em momentos estratégicos. Em meados dos anos 2000 com as reformas na guarda costeira e a mudança de postura japonesa referente às ameaças e incursões em seu território, o país tem um crescimento considerável em seus gastos. Também é possível perceber gastos elevados nos momentos iniciais dos anos 2010, com 2012 e 2013 representando um auge, isso se dá no momento de retorno do governo Abe, mas também nos anos de maior tensão entre o país e a China, com disputas pelas Senkaku/Diaoyu, o estabelecimento da zona de identificação chinesa, as polêmicas visitas do Premiê japonês a Yasukuni e o auge das incursões estrangeiras em águas japonesas. O terceiro topo é encontrado em 2015-2016 anos em que a revisão do Ampo foi aprovada e o país modificou totalmente sua postura militar, autorizando a autodefesa coletiva e a flexibilização do “Arms Export Ban”.

Por fim, ponto de importância simbólica e representacional que gera grande polêmica entre Japão e China é o templo de Yasukuni. Desde o fim do Império Japonês (1868-1947) o

santuário xintoísta de Yasukuni foi visitado 65 vezes. Localizado em Tokyo, foi construído sob ordem do Imperador Meiji (1852-1912) para ser um local onde seriam honrados os mortos na Guerra Boshin (1868-1869), conflito que pôs fim ao governo de 268 anos do Shogunato Tokugawa. Com o passar do tempo, o papel do templo cresceu chegando a abarcar os mortos em guerras pelo Império Japonês. Assim, mortos durante o período expansionista de genocídios e crimes contra a humanidade na China, Coréia e sudeste asiático têm seus nomes reverenciados e honrados no santuário Yasukuni. Há atualmente 2.466.532 homens, mulheres e crianças listados no templo, também incluindo vários animais de estimação. Neste total há 1.068 criminosos de guerra acusados, dentre estes 14 de classe A, acusados de estarem envolvidos no planejamento, preparação, início e prosseguimento da guerra.

Por que o Japão não retira estes nomes da lista? Por dois principais motivos: a) O motivo religioso. Yasukuni é um local para abrigar o Kami dos mortos. Por falta de tradução melhor em outros idiomas, Kami é muitas vezes referido como alma ou deuses, na verdade o conceito de Kami refere-se a personificação da essência imaterial do ser. Rios, florestas, montanhas e outras formações naturais possuem Kamis. Mas diferente dos deuses gregos (referência politeísta do mundo ocidental), os Kamis não são seres onipotentes e onipresentes, mas sim espíritos protetores e governantes do ambiente natural. Assim, honrar o Kami humano, representado muitas vezes como a alma/espírito, e reverenciar os ancestrais é o principal fator para existência de Yasukuni.

Devido a seu caráter de santuário espiritual e religioso, diferente dos monumentos mantidos pelo Estado, Yasukuni está protegido das vontades do governo. Sob a liberdade religiosa e a separação do Xintoísmo de Estado do governo japonês pela constituição de 1947, os sacerdotes e clérigos tem total autonomia para decidir quais pessoas devem ser honradas pelo templo, e estes se recusam veementemente a retirada dos controversos ocupantes das páginas do livro das almas.

Freedom of religion is guaranteed to all. No religious organization shall receive any privileges from the State, nor exercise any political authority. 2) No person shall be compelled to take part in any religious acts, celebration, rite or practice. 3) The State and its organs shall refrain from religious education or any other religious activity. (Constitution of Japan 1946)

b) O motivo político. Diferente da Alemanha, que arcou com a derrota, reconheceu seus erros e vê com repúdio qualquer simpatia ao seu passado, os governos japoneses frequentemente possuem uma

visão revisionista. Demonstrando louvor as glórias passadas e honra as famosas figuras do Império Japonês. Em entrevista a revista *Foreign Affairs* em 2013 o Primeiro ministro japonês Shinzo Abe disse o seguinte:

About the Yasukuni Shrine, let me humbly urge you to think about your own place to pay homage to the war dead, Arlington National Cemetery, in the United States. The presidents of the United States go there, and as Japan's prime minister, I have visited. Professor Kevin Doak of Georgetown University points out that visiting the cemetery does not mean endorsing slavery, even though Confederate soldiers are buried there. I am of a view that we can make a similar argument about Yasukuni, which enshrines the souls of those who lost their lives in the service of their country (*Foreign Affairs*, 2013²²).

Ao comparar Yasukuni com Arlington o Premiê deixou claro suas intenções de visitar o santuário, o que fez em seu primeiro ano de mandato, levando a uma crise diplomática com a China e a Coreia.

Analisando-se os dados das visitas japonesas ao santuário nos últimos 30 anos é possível perceber que das 8 vezes que o santuário foi visitado pelo chefe-executivo do país, houve críticas chinesas às 8, entretanto esse dado de 100% não confere nos anos anteriores a década de 90. Durante o governo Mao-Tse Tung (1949-1976) Yasukuni foi visitado 30 vezes e em todas estas o ocorrido foi ignorado pelo governo Chinês. Durante o governo Deng Xiaoping (1976-1989), o país fez objeções apenas duas vezes (1982 e 1985) para as 27 visitas realizadas ao santuário. Isso se dá em grande parte pela mudança de dinâmica entre os países e as diferentes posturas chinesas e japonesas adotadas no pós-Guerra fria.

Por fim, pode-se concluir que as relações Japão-China são tumultuosas do ponto de vista militar e político, mas pragmaticamente fundamental para ambos sob a visão econômica. A questão das ilhas Senkaku-Diaoyu apesar de central para a soberania de ambos, possui pouco impacto estratégico real, vale ressaltar novamente que as ilhas são em larga parte despovoadas e o interesse de ambos nestas se dá para exploração do mar territorial circundante que possui combustíveis fósseis e largo potencial energético. A China também possuiu um segundo interesse nas ilhas, expandir seu mar territorial para o leste, tendo maior

²² Disponível em <https://www.foreignaffairs.com/interviews/2013-05-16/japan-back> Acessado em 15/09/2020

área de influência sobre as ilhas da região. Por outro lado os conflitos resultantes das visitas a Yasukuni se mostram mais como impasses diplomáticos que dificilmente geram consequências mais sérias. O santuário está blindado contra qualquer ação do próprio governo japonês o que inviabiliza qualquer exigência chinesa quanto a retirada dos criminosos de guerra ali honrados. Entretanto o posicionamento dos Primeiros ministros japoneses que voluntariamente visitam o templo é ponto que causa preocupações tanto na China quanto nas Coreias que veem no ato um revisionismo histórico que levaria ao perigoso caminho da remilitarização.

Tabela 2 - Número de Visitas e Respostas chinesas ao templo de Yasukuni

	Mao Tse Tung	Deng Xiaoping	A partir dos ano 90
Visita a Yasukuni	30	27	8
Resposta Chinesa ao Evento	0	2	8

Fonte: AHN, Semin. The catalytic factor of the sino-japanese security dilemma: the new 1997 defense guidelines for US-Japan defense cooperation, 2014.

Mas como se deu a mudança de posicionamento japonês dos anos 1990 ao início do governo Abe? Vale ressaltar que apesar das reformas ocorrerem de fato sob o governo Abe o país já se encontrava no caminho para a remilitarização muito antes. Os dados dos gastos militares japoneses deixam claro que a partir de 1995-1996 o país teve um crescimento exponencial em gastos militares que o levou ao posicionamento mais ativo atual. Momento histórico que pode ser definido como ponto de virada na política externa japonesa para com o resto da comunidade internacional é a Guerra do Golfo (1990-1991). Onde buscando reconhecimento internacional para seu pleito ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) o país atuou em área logística e de suporte. Entretanto a atuação japonesa não angariou o prestígio objetivado, levando a terra do sol nascente a buscar um engajamento ativo em missões de paz das Nações Unidas. O seguinte capítulo tratará das disposições iniciais japonesas em pleitear um assento permanente no Conselho de Segurança por meio de uma reforma deste, passando pela atuação do país na Guerra do Golfo e as reformas internas que o levaram a participar ativamente de várias missões de Peacekeeping. Também será abordado a participação japonesa no Iraque, em grande parte decorrente das reformas realizadas nos anos 1990 e a conseqüente retirada das tropas do país em 2008. Esses eventos

das décadas de 1990 e 2000 pavimentaram o caminho para as mudanças realizadas por Abe Shinzo em seus 8 anos de governo.

Capítulo 2 – O Turning Point

Questão importante para o capítulo por vir, é importante apresentar a teoria dos great power politics (MEARSHEIMER, 2001), essa teoria trata da estrutura do sistema internacional anárquico que cria incentivos para os Estados competirem uns com os outros. Em sua teoria o autor faz 5 suposições, denota 3 comportamentos dos Estados e por fim ressalta dois objetivos destes.

A primeira suposição diz que os Estados são os atores chaves no sistema internacional que é anárquico, ou seja, não há instância dotada de poder coercitivo superior aos Estados. Nesse sentido não há jurisdição superior a quem recorrer em caso de conflito, que vá de forma impositiva resolver as disputas.

Sua segunda suposição é: todos os Estados possuem capacidade ofensiva militar, em alguns essa capacidade é muito grande. Para o autor todos os Estados possuem capacidade de defesa relativa, o que se modifica é o potencial defensivo desta. Estados como Nicarágua e Uruguai, possuem forças defensivas embora com capacidades menores que países como Reino Unido e França.

É impossível saber as intenções dos demais Estados com algum grau de certeza. Essa suposição exemplifica a imprevisibilidade do sistema, onde os atores devem fazer seu melhor possível com os recursos de informação que dispõem.

A quarta suposição afirma que os Estados são atores racionais e agem estrategicamente em busca de seus objetivos, ou seja nenhum Estado atacará outro sem ter razoável margem de possibilidade de vitória. Os Estados não são atores suicidas e isso está ligado a quinta e última suposição que afirma, o objetivo principal dos Estados é a sobrevivência.

Com essas suposições pode-se desenhar um quadro geral do sistema internacional e da relação entre seus diversos atores. A fim de focar a observação e não se desviar do foco da atenção, analisar-se-á o caso do Japão. O Japão encontra-se em meio a esse grande dilema internacional, é vizinho de um Estado com grandes capacidades militares e não possui 100% de certeza de quais as intenções deste para com si, mas os dados demonstram que não são benéficas. A fim de garantir sua sobrevivência, o Japão deve usar da remilitarização como recurso dissuasor que apela para a racionalidade do Estado chinês. Com as forças japonesas alargadas, o custo da guerra seria muito danoso para um Estado racional escolher adotá-la.

Países cercados por inimigos maiores e mais fortes que não investiram em suas forças defensivas tendem historicamente a cair sob o domínio destes, a exemplo do Tibete e das ilhas Ryukyu.

Avançando na teoria, o autor exemplifica três comportamentos estatais, primariamente os Estados temem uns aos outros em decorrência da incerteza. Segundo, os Estados se veem em um mundo de auto-ajuda, e por fim, os Estados buscam maximizar a quantidade de poder que possuem. Essas máximas levam diretamente a competição entre Estados, uma vez que o senso de individualismo supera o senso de cooperação devido a disputas vizinhas, os Estados entram em uma espiral de maximização de forças do qual decorre uma corrida armamentista. A desconfiança mútua acaba por acarretar no escalonamento da crise. No caso do Japão, a inexistência de fortes laços diplomáticos com a China, principalmente em decorrência de todo o passado histórico compartilhado entre os dois, torna inexistente e dificulta o estabelecimento de mecanismos de controle que instituem um meio termo que agrade ambos e evite a crise. Os dois países ademais de possuírem acordos comerciais, em matéria de defesa e participação política conjunta carecem de representação diplomática.

Por fim a teoria visualiza como os dois objetivos finais dos Estados, se tornar um hegemon regional e garantir que nenhum outro Estado desafie sua posição como tal. Mearsheimer, vê na hegemonia meio definitivo de segurança, uma vez que suas relações de poder para com os demais Estados estaria tão vertical que a racionalidade destes, blindaria o hegemon de ataques. No contexto asiático a hegemonia faz absoluto sentido, uma vez que há múltiplos players competindo, em sua busca, o atingir garantiria a esta a segurança plena. Entretanto no caso japonês-chinês entram aspectos externos não abordados pela teoria.

No contexto do Leste Asiático o Japão vê não só a hegemonia como meios de garantia de segurança, assim sendo o país se engajou a partir dos anos 1990 em uma busca por prestígio internacional que em um mundo globalizado poderia acabar por lhe garantir um grau considerável de segurança ao lhe angariar parcerias defensivas e posicionamento chave em instituições multilaterais. A rapidez com a qual o país respondeu a Guerra do Golfo (1990-1991) se deu primariamente pelo seu desejo de se mostrar proativo e contra posicionamentos belicosos como o adotado pelo Iraque, recebendo uma disposição favorável internacionalmente. O fracasso da participação japonesa no conflito o levou a adotar outras políticas que lhe concedesse essa boa vontade, assim se engajando nas missões de paz da ONU.

O sistema de alianças regionais japonês com países que também possuem contenciosos com a China, como Índia, Austrália, Filipinas e países do mar do sul da China, pode eventualmente e com o auxílio americano evoluir para uma aliança militar aos moldes da OTAN, entretanto há a necessidade de maior desprendimento destes da dependência econômica norte-americana para a sustentação do possível bloco. Ademais, ponto de principal interesse japonês na questão de prestígio, é uma eventual reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) o que a sua maneira dissuadiria um ataque estrangeiro ao mesmo tempo que possuindo poder de veto levaria o país a contrabalancear os posicionamentos chineses na instituição.

2.1 A participação nas Nações Unidas e o G4

Desde 1956, a Organização das Nações Unidas (ONU) possui papel fundamental para a diplomacia japonesa. 80º Estado ingresso, o Japão possuiu por quase meio século um relacionamento conflituoso com a organização, ocasionado principalmente pela dicotomia entre a vontade de se engajar ativamente na ONU e as proibições destas ações por questões de legislação interna.

O primeiro choque ocasionado por essa questão se deu logo em 1958, quando o Secretário-geral da ONU, Dag Hammarskjold requisitou ao Japão envio de 10 oficiais das SDF para missão de observação no Líbano (*United Nations Observation Group in Lebanon - UNOGIL*). Apesar da vontade e disposição do governo em atender, o país teve que negar o pedido em razão da proibição do SDF atuar fora do território japonês. O Primeiro-ministro Ikeda Hayato, que governou de 1960 à 1964, afirmou, que caso as atividades não envolvam uso da força e sejam conduzidas pelo comando da ONU a constituição pode permitir o envio do SDF. Este debate persistiu pelos anos 60 e 70 com a expansão das atividades de manutenção da paz (*Peacekeeping*²³) da ONU. Em 1961 o embaixador japonês na ONU, Matsudaira Koto, afirmou à imprensa:

I was deeply troubled when the Government turned down the U.N. request to send troops to the conflict in Lebanon in 1958. Japan's pledge of cooperation with the United Nations and its attitude of rejecting any participation in U.N. forces are inconsistent. In the future, at least observers should be deployed. (ANDO, 1999, p,32.)

Em seguida a declaração houve protestos. Partidos da oposição pediram a renúncia do embaixador, com a Dieta²⁴ e o governo, reconhecendo formalmente que a declaração foi inadequada, reafirmando a intenção de não enviar o SDF para o exterior. Após todo o episódio de constrangimento político, o embaixador Matsudaira retirou sua declaração e assumiu o cargo de embaixador na Índia.

Esse episódio no início da experiência pós-guerra do Japão demonstrou o quão

²³ “The active maintenance of a truce between nations or communities, especially by an international military force.” definição por Oxford Languages.

²⁴ A Dieta nacional é o Parlamento japonês de formação bicameral, composto pela Câmara dos Representantes (Câmara Baixa) e a Câmara dos Conselheiros (Câmara Alta).

enraizada na nação se tornou a ideia de pacifismo e o quão sério é essa questão para a população e a política japonesa. A destruição e o trauma do conflito (Segunda Guerra Mundial) foram tão grandes que mesmo com o fim desta, após o fim da ocupação americana e com um requerimento formal por parte das Nações Unidas, o país se recusou a enviar tropas, para uma missão, vale destacar, de observação. Desde os anos 50 o Japão possui uma ala que busca a retomada de um posicionamento ativo internacional, entretanto a ala política dominante à época cumpria a já referenciada Doutrina Yoshida e os demais esforços eram em vão. Com a criação de estudiosos e pensadores nascidos durante e no pós-guerra, o país possui uma classe muito bem definida de suporte ao pacifismo. Dentre proeminentes artistas, acadêmicos e políticos de perfil pacifista no Japão, vale ressaltar e destacar os seguintes: Atsuko Betchaku (1960-2017), Ikeda Daisaku (1928), Kan Shina (1899-1982), Oda Makoto (1932-2007), Sakamoto Yoshikazu (1927-2014), Takazato Suzuyo (1940). A existência de uma classe tão bem firmada e com tamanho poder político e social torna muito difícil à legislatura e ao Primeiro-Ministro aprovarem leis de cunho militar.

Em 1980 durante o governo do Primeiro-ministro Suzuki Zenko o governo apresentou à Dieta documento oficial com o posicionamento deste quanto a questão da participação japonesa em missões da ONU, neste, o governo japonês fez uma distinção entre as forças de manutenção da paz e as forças para fins militares. Após definir essa distinção, o documento classificou as missões de paz em duas categorias. A primeira se dá sob a forma de grupos para observação de cessar-fogo e a segunda sob as forças de manutenção de paz, que devem prevenir o conflito e manter a segurança interna. Ao realizar estas definições e distinções o governo japonês deixa implícito que uma vez que grupos de observação não se utilizam da força, a atuação das SDF nestes é constitucionalmente possível (SHIBATA, 1994.)

A partir de então o país encontrou nas missões de paz da ONU um meio de obter reconhecimento internacional e garantir a posição do Japão no sistema global. Entretanto após a Guerra do Golfo (1990-1991), houve uma espécie de trauma nos meios diplomáticos japoneses, que viram seus esforços no conflito em grande parte criticados pela sua “diplomacia do talão de cheque” e impossibilidade de enviar pessoal para compor a coalizão internacional (DRIFTE, 2000). Drifte também observa que a partir de então o Japão iniciou uma busca pela reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Os meios diplomáticos acreditam que um assento permanente serviria para exaltar o status de superpotência econômica do Japão, traria reconhecimento pelas contribuições internacionais

realizadas e ajudaria a se ilibar de sua história imperialista.

Quanto ao disposto no artigo 23 da Carta das Nações Unidas: o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) é uma instituição formada por 15 membros da ONU, em que 10 possuem caráter rotativo, eleitos pela Assembleia Geral das Nações Unidas levando em consideração os esforços destes membros para a manutenção da paz e segurança internacional. Os outros 5 membros, conhecidos internacionalmente como P5, são de caráter permanente, estes são: Estados Unidos, Reino Unido, França, Rússia e China. Desde a fundação da ONU houve duas mudanças no Conselho de Segurança. A primeira em 1971 onde a República da China (Taiwan) perdeu seu assento em prol da República Popular da China, e a segunda em 1992 quando a Federação Russa ocupou o assento da extinta União Soviética. O assento permanente no CSNU é cobiçado internacionalmente por, além de representar uma consolidação como superpotência global, as nações detentoras deste possuem o poder de veto, ou seja, podem impedir a implementação de qualquer projeto debatido pelo conselho independentemente da aprovação dos outros membros.

Como citado anteriormente, o artigo 23 da Carta das Nações Unidas estipula para a eleição de membros temporários sua participação nos esforços de manutenção da paz e segurança internacional. Assim desde final dos anos 80 o Japão tem se engajado em possibilitar sua atuação em esforços desse caráter. Nesse contexto em 2005 foi formado o G4, uma aliança cooperativa internacional entre Brasil, Japão, Alemanha e Índia, com o objeto de apoio mútuo sobre a reforma do CSNU. Dentre estes países vale destacar que de 1987 a 2010, Brasil e Japão foram eleitos para o conselho de segurança cinco vezes cada e Alemanha e Índia quatro vezes cada, no caso da Alemanha uma vez como Alemanha Ocidental, as outras três já pós unificação. O G4 possui apoiadores e opositores, o pleito Japonês é apoiado por Estados Unidos e Reino Unido mas encontra oposição na Rússia e China, afirmando que o país ainda não fez reparações suficientes para seus crimes na Segunda Guerra Mundial.

Tabela 3 – Quadro de comparação países G4 e P5

País	Grupo	Contribuição para o orçamento geral da ONU em 2019	Posse de armamento nuclear.
Alemanha	G4	169.802.990,00	Não
Brasil	G4	90.343.697,00	Não
China	P5	367.902.337,00	Sim
Estados Unidos	P5	674.206.698,00	Sim
França	P5	135.668.775,00	Sim
Índia	G4	25.558.563,00	Sim
Japão	G4	262.450.280,00	Não
Reino Unido	P5	139.959.181,00	Sim
Rússia	P5	73.703.050,00	Sim

Fonte: Elaborada pelo autor utilizando dados da ONU²⁵

*Todos os valores estão em dólares americanos.

Em relação às contribuições para a Organização, o Japão contribuiu em 2019 com US\$ 262.450.280,00 configurando como terceiro maior contribuidor atrás de EUA e China. No mesmo ano o país contribuiu com 8,56% do total de contribuições estimadas para missões de paz²⁶ atrás apenas de China (15,21%) e Estados Unidos (27,89%).

Em segundo ponto vale notar que existe uma relação direta entre os países do P5 e a posse de armas atômicas. Dos nove países detentores de armas de destruição em massa, cinco fazem parte do P5, os demais são: Índia, que participa do G4 planejando adesão ao P5, Paquistão, que possui um conflito histórico com a Índia, Israel e Coreia do Norte. Analisando estes dados é possível perceber que o assento permanente no CSNU depende em parte da projeção de força internacional que o país detém. O que explica parte do processo remilitarizatório pelo qual o Japão vem passando pelos últimos trinta anos.

Essa necessidade de projeção de poder como requisito importante ao pleito do assento permanente, reforça a característica estrutural do sistema em promover a competição interestatal. Demonstrando que mesmo instituições de finalidade pacífica ou de manutenção

²⁵ Dados disponíveis em: <https://undocs.org/en/ST/ADM/SER.B/992> Acessado em 20/10/2020

²⁶ Dados disponíveis em: <https://peacekeeping.un.org/en/how-we-are-funded> Acessado em 20/10/2020

da paz, devido a natureza anárquica na qual se inserem necessitam de capacidades bélicas defensivas, uma vez que desejam fazer valer suas posições e interesses.

Buscando essa projeção de força independente das missões de paz da ONU, o Japão em 16 de outubro de 1990, apresentou projeto de lei para habilitar o SDF a agir em conjunto não só as Nações Unidas, mas também aos EUA. O Draft Law Concerning Peace Cooperation with the United Nations, buscava contornar as restrições ao uso do SDF. O projeto previa a permissão de atividades do SDF não somente com a ONU, mas também aliadas a outras nações. Este objetivava a permissão para cooperação das forças japonesas com a coalizão aliada americana no Golfo Pérsico. Esse projeto era essencialmente oposto ao documento dos anos 80, já que não somente autorizava qualquer tipo de ação militar japonesa na ONU sem restrição de ação, como também autorizava o despacho do SDF para além-mar em combate junto às forças aliadas. O Draft law encontrou resistência na opinião pública e oposição e acabou por fracassar.

Porém quão fatigante foi a experiência japonesa na Guerra do Golfo, turning point que levou o país a buscar abertamente alterar as atribuições do SDF, ao ponto de propor o impopular Draft Law? A intervenção no Oriente Médio alterou todos os paradigmas japoneses, levando ao fim do conflito a criação da legislação de peacekeeping, promovendo a participação japonesa em vários outros países ao longo da década de 1990.

2.2 – A participação japonesa na Guerra do Golfo (1990-1991) e suas consequências.

Em 2 de agosto de 1990 o Iraque invadiu e anexou seu vizinho o Kuwait, antevendo nesta ação, projeção internacional a administração Toshiki Kaifu impôs sanções econômicas ao invasor no Oriente Médio. A ação japonesa ocorreu em 5 de agosto de 1990, um dia antes do Conselho de Segurança das Nações Unidas realizar o mesmo ato. Tal posicionamento demonstra uma preocupação da política nipônica para com o Oriente Médio.

A região do Oriente Médio é provedora de grande parte dos combustíveis fósseis consumidos no Japão, os choques do petróleo durante a década de 1970 (1973 e 1978), geraram uma série de crises econômicas no país que foram contornadas a grande esforço. Além disso as exportações japonesas percorrem grande parte dos mares do Oriente Médio para chegar ao mercado Europeu, assim percebe-se a importância econômica da região para o país.

Entretanto a velocidade da resposta japonesa no início do conflito não se refletiu nas suas ações pelo resto deste. Como bem definido por Nakashini Hiroshi em artigo ao Nippon Times²⁷, decorrente das políticas isolacionistas do país ao longo de sua história, a burocracia diplomática japonesa durante a Guerra do Golfo não possuía velocidade suficiente para acompanhar o avanço dos eventos no exterior. O rapidez inicial com a qual se deu o lançamento das sanções econômicas ao Iraque se deu pois a diplomacia japonesa já havia experimentado evento semelhante com a invasão soviética do Afeganistão em 1979. Seguindo o padrão anterior o governo japonês esperava que a comunidade internacional estabelecesse sanções ao invasor e apoiasse movimentos de resistência interno como ocorridos no conflito anterior, mas de forma alguma foi esperado o escalonamento das tensões para um conflito armado.

A impossibilidade de enviar tropas prejudicava o status internacional do Japão e sua relação com os EUA. Quanto a sua imagem internacional, durante os anos finais da década de 1980, o Japão construiu uma reputação de grande prosperidade econômica entrando para o rol das superpotências. Entretanto em 1987 o escândalo da Toshiba-Kongsberg, em que foram descobertas exportações de material proibido²⁸, como maquinário e bens de tecnologia

²⁷ Disponível em <https://www.nippon.com/en/features/c00202/> acessado em 21/10/2020

²⁸ De acordo com o Coordinating Committee for Multilateral Export Controls (CoCom)

japoneses e de países ocidentais para o bloco comunista. criou uma imagem egoísta e focada em si mesma da política japonesa. Pós 1987 o país era referido como servo apenas dos próprios interesses e alheio a comunidade global. Nesse ponto de baixa popularidade internacional, a aliança com os EUA se viu prejudicada, durante o conflito, pela recusa japonesa de enviar tropas. Para o governo americano as amarras constitucionais japonesas começavam a incomodar na medida que surgia internamente nos Estados Unidos um movimento anti-intervencionismo e para estes a inação japonesa era vista como exemplo.

Em 29 de agosto de 1990 após pressão norte-americana para se engajar no conflito o país asiático anunciou que financiaria a coalizão internacional liderada pelos EUA. Entretanto o valor dessa contribuição foi primeiro estabelecido em 10 milhões, após uma fria recepção americana no outro dia foi anunciado um pacote de expansão da contribuição que levaria ao valor de 1 bilhão. Ansioso para agradar os ânimos americanos, o governo japonês posteriormente elevou o valor para 13 bilhões. Entretanto houve disputa entre Washington e Tokyo quanto aos 9 bilhões que seriam enviados após o início dos combates, a controvérsia era quanto a natureza da moeda corrente, se esse valor seria em dólares americanos ou yenes. Essa disputa por minúcias de acordo só prejudicou a imagem japonesa. (PURRINGTON, 1992).

Com o desenrolar do conflito, em 12 de outubro, o gabinete Kaifu reuniu uma sessão extraordinária da Dieta, onde foi apresentado o controverso, United Nations Peace Cooperation Bill, que permitiria às forças de autodefesa serem enviadas além-mar para resolução de conflitos como a causa no Golfo Pérsico. O projeto acabou rejeitado com dissensões internas ao próprio Partido Liberal Democrata, partido governista. Entretanto a falha do projeto não significou a desistência no empreendimento de enviar o SDF para fora do território japonês, a administração Kaifu conseguiu o contornar ao definir a ajuda a termos econômicos e infraestruturais, se afastando do efetivo emprego militar inicialmente requerido.

Após o fim do conflito em abril de 1991, as SDF foram autorizadas a auxiliar na remoção e desarmamento de minas submarinas na região do conflito, Narusawa Muneo do *Asian Pacific Journal* escreveu:

April 26, 1991: Dispatch of Minesweepers to the Persian Gulf. The SDF's first dispatch overseas: the sending of six minesweepers and auxiliary vessels to the Persian Gulf. After the Gulf War, they set about clearing the mines launched during the war. In the Diet, there was criticism that "the dispatch of SDF overseas is

unconstitutional,” but the Kaifu Cabinet forced through the rubrics of “police action” and “international contribution.” This became one important step in the ever-growing overseas dispatch of the SDF thereafter (NARUSAWA, 2014).

O Japão encontrou legitimidade para despachar o SDF para o desarme das minas no artigo 99 da lei do SDF, que permite a remoção e descarte de explosivos e materiais perigosos do mar. Em março de 1991 o Kuwait emitiu um anúncio em vários jornais de relevância agradecendo a coalizão que lutou em seu favor, o Japão teve sua participação omitida do anúncio²⁹.

É inegável que a atuação restrita a termos econômicos e materiais não se mostrou proveitosa, em sua ânsia para se provar a comunidade internacional o Japão saiu do conflito com a uma imagem mais danificada que anteriormente. Tetsuya Nishimoto³⁰, General, hoje aposentado, das forças terrestres de autodefesa disse: “We learnt from the Gulf War that just sending money and not people would not earn us international respect.”

Entre os anos de 1993 e 1996 pela primeira vez desde os anos 1950, o Partido Liberal Democrata (LDP) esteve fora do poder. Entre 1993 e 1994 o LDP foi suplantado por uma coalizão de partidos e de 1994-1996 obteve a maioria da Câmara dos Representantes entretanto sob um Primeiro-ministro de partido socialista japonês. Isso demonstra que a ampliação do potencial de atuação internacional japonês faz parte de sua Razão de Estado³¹ (Raison d'état), sobrepujando interesses partidários e/ou pessoais.

As lições que o país levou da guerra foram de sua impotência em face de um conflito internacional. O choque do evento criou uma consciência em que o Japão precisava contribuir com pessoal para os esforços internacionais. Levando a *Law Concerning Cooperation in U.N. Peacekeeping and Other Operations (Peacekeeping Law)* em 1992, a ser aprovada com forte oposição política. A nova lei de 1992, permitia a participação limitada das SDF em missões de paz da ONU. A Guerra do Golfo também colocou em perspectiva a aliança EUA-Japão, o acordo foi reformulado e reforçado em 1997 com as novas diretrizes de cooperação entre os

²⁹ Disponível em:

<https://www.washingtonpost.com/archive/politics/1991/03/17/japans-new-frustration/e5ea50e0-56f1-4380-a8f0-5e6b009b44a8/> acessado em 21/10/2020

³⁰ Entrevista concedida à Reuters em 19 de dezembro de 2015. Disponível em:

<https://www.reuters.com/article/us-japan-military-history-insight/gulf-war-trauma-began-japans-retreat-from-pacificism-idUSKBN0U300D20151220> Acessado em 21/10/2020

³¹ Segundo a definição do Oxford Lexico, Raison d'état é: A purely political reason for action on the part of a ruler or government, especially where a departure from openness, justice, or honesty is involved.

países. Após o conflito o Japão se engajou ativamente na busca pelo assento permanente no CSNU, e para isso buscando recompor sua imagem internacional iniciou sua participação em uma série de missões de paz, a primeira delas ocorrida já em 1992-1993 no processo de transição do Camboja, *United Nations Transitional Authority in Cambodia* (UNTAC).

2.3 – A nova legislação e as primeiras missões internacionais do SDF.

Uma vez regulamentada a participação internacional do país, o Japão até 2015 atuou em 14 missões de peacekeeping, 5 de apoio humanitário, 9 missões de observação eleitoral (dados do Ministry of Foreign Affairs of Japan³²). Em 2019 o país se encontrava realizando missões no Mar da arábia, Golfo de Áden, Djibuti e Sudão do sul. Essa nova postura para a política externa japonesa trouxe novas perspectivas ao povo e governo deste país, abrindo o Japão as adversidades mundiais.

O debate político interno gerado pela Guerra do Golfo, mudou o posicionamento da população japonesa, que passaram a apoiar uma maior atuação internacional do país, com uso de contingente humano além de recursos financeiros e infraestruturais, em missões para as Nações Unidas.

Tabela 4 - Opinião popular quanto ao envio do SDF para missões de peacekeeping.

Data	Concorda	Indeciso	Discorda
1991	45,5%	16,6%	37,9%
1994	48,4%	21%	30,6%
1997	64%	22,4%	13,6%
2000	79,5%	11,9%	8,7%

Fonte: Providing for Peacekeeping³³.

Analisando a tabela acima é possível perceber que no início da Guerra do Golfo em 1991, o país possuía uma grande rejeição a atuação internacional, que ao longo da década de 1990 foi diminuindo à medida que o apoio a esta aumentava. Em 1994 mesmo após a aprovação da lei e o decorrer da missão em Moçambique a população japonesa ainda se encontrava bastante polarizada com a diferença entre apoiadores e discordantes da atuação do SDF por volta de 18% enquanto que os indecisos somavam 21%. Ao fim da década com o sucesso das missões e a recém-adquirida confiança na atuação das SDF além-mar o índice de aprovação popular para as missões de peacekeeping das SDF chegaram a marca dos 79,5%.

A lei de *peacekeeping*, que entrou em vigor em 10 de agosto daquele ano, alterou a

³² Dados disponíveis em: https://www.mofa.go.jp/fp/ipc/page22e_000684.html

³³ Disponível em: <http://www.providingforpeacekeeping.org/2014/04/03/contributor-profile-japan/> acessado em 28/10/2020

Lei das Forças de Autodefesa permitindo as SDF participação nas operações de manutenção da paz da ONU, após o que o Japão recebeu um papel significativamente mais ativo na organização. A lei de *peacekeeping* entretanto possuía contradições internas, como, por exemplo, afirmativas que as operações de manutenção da paz são realizadas “sob o controle das Nações Unidas”, e os procedimentos gerais devem “obedecer às ordens do Secretário-Geral” porém posteriormente afirmavam que “O Primeiro-Ministro do Japão tem o poder de dirigir e supervisionar” suas tropas enviadas.

O Primeiro-Ministro Miyazawa Kiichi, que governou de 1991 a 1993, afirmou que o pessoal do corpo japonês não são funcionários internacionais e não poderiam estar sob comando do Secretário-Geral da ONU. Ainda afirmou que um Estado soberano não poderia nunca estar sob comando do Secretário-Geral (SHIBATA,1994. p. 320).

Então em 1992 foi criado o International Peace Cooperation Assignments, o IPCA, criado com a proposta de permitir que o Japão contribua ativamente para os esforços centrados nas Nações Unidas para a paz internacional. O princípio fundamental para atuação em missões de paz expresso no documento de criação deste ato, diz que o IPCA “Não será equivalente à ameaça ou ao uso da força.”. A lei de *peacekeeping* criou um quartel-general para a Cooperação Internacional para Paz chefiada pelo Primeiro Ministro japonês; as operações de paz da ONU devem passar pelo quartel-general que define a política base para operação japonesa, que especifica o tipo, conteúdo, equipamento utilizado e duração da missão, o gabinete do Premiê aprova o Plano de Implementação e reporta sua aprovação a Dieta, os procedimentos das operações devem ser revisadas e estar em conformidade com as premissas para este tipo de atuação definido pela Secretaria-Geral das Nações Unidas.

A Lei de *Peacekeeping* estabelecia 5 principais pontos para a participação japonesa (SHIBATA,1994):

1. No artigo 3 da legislação está disposto a necessidade de um cessar-fogo entre as partes. Este requisito busca impedir que as tropas japonesas participem de conflitos violentos, o que requerem o uso da força.
2. O Japão só pode enviar forças se o Estado que vai receber estas aceitar. Assim o Estado recebedor além consentir com a missão deve também consentir com a força japonesa dentro desta.

3. Também há o requerimento de imparcialidade, entretanto este já é um requerimento da própria ONU para suas operações de manutenção da paz.
4. O uso de armamento é o mínimo necessário para a autodefesa e proteção à vida.
5. O governo japonês possui o poder para cancelar e retirar suas tropas da operação quando desejar. A decisão não está sujeita ao comando do Secretário-Geral da ONU

Vale destacar que o argumento para a atuação da SDF além-mar está pautado na justificativa de uma operação de autodefesa coletiva (BERKOFISKY, 2011). Entretanto a própria autodefesa, presente na constituição japonesa, possui interpretações diversas. A ideia de autodefesa coletiva possui uma interpretação consideravelmente mais ampla e de difícil conceituação.

Já em 1992 o país participou de sua primeira missão de peacekeeping. A U.N. Transitional Authority in Cambodia (UNTAC). Chefiada pelo diplomata japonês Yasushi Akashi, a UNTAC envolveu aproximadamente 15.900 militares, 3.400 policiais civis, 2.000 civis e 450 voluntários da ONU, bem como funcionários e intérpretes recrutados localmente, teve a participação de 1300 japoneses, dentre eles estavam engenheiros encarregados de monitorar o cessar fogo, policiais e observadores das eleições (GUIMARÃES, 2012). A operação que buscava garantir uma transição do período de guerras civis anteriores para uma democracia estável, fiscalizando o cessar fogo e as eleições, custou mais de US\$1,6 bilhão (equivalente a US\$2,5 bilhões em 2017).

Com o sucesso da missão o Japão se envolveu em uma série de outras ao longo dos anos 1990. Atuou no Moçambique em 1993 na *United Nations Operation in Mozambique* (UNUMOZ), onde foram enviados 160 especialistas, em Ruanda, 1994, 400 especialistas foram enviados para apoio dos refugiados. Em 1996, aproximadamente 800 japoneses foram enviados para as Colinas do Golã. Já em 1999, 2300 indivíduos foram mandados para o Timor-Leste para participar da *United Nations Transitional Administration in East Timor* (UNTAET). Em 2001, o país enviou navios para atuação no Oceano Índico, buscando

combater o terrorismo dentro de uma estratégia proposta pela Guerra ao Terror (DANTAS & LEITE, 2016. p.42).

Por fim pode-se concluir que a atuação japonesa a partir de 1992 se integrou definitivamente a comunidade global, participando de discussões sobre os principais problemas da época. Como suposto pela teoria de Mearsheimer, Estados tendem a maximizar a quantidade de poder que possuem, no caso japonês é possível observar uma maximização do seu poder de prestígio e influência a partir de uma perspectiva de atuação em entidades multilaterais, a destacar a ONU, como alternativa a maximização de suas capacidades bélicas. Entretanto a abertura à atuação além-mar também proporcionou uma maior flexibilização das amarras constitucionais, com fatores interpretativos como a autodefesa coletiva ascendendo ao centro dos debates.

Apesar de atuar em conjunto com a ONU, a lei de *peacekeeping* coexiste com um inalterado artigo 9 da constituição, o que para alguns configura na inconstitucionalidade da lei. Juntamente a esse debate há a então emergente questão da autodefesa coletiva, conceito que poderia na prática ser interpretado para invalidar o artigo 9, uma vez que a autodefesa coletiva poderia ser usada para justificar a entrada do país em conflito externo em defesa de nação aliada. Tal uso do SDF realmente aconteceu com a participação japonesa no Iraque durante os anos 2000, já no contexto da Guerra Global ao Terror (2001 - presente).

2.4 Atuação no Iraque

Após o ataque ao World Trade Center em 11 de Setembro de 2001, os EUA iniciaram um programa de combate ao terrorismo global, principalmente no Oriente médio. Nesse novo conflito o Japão desempenhou um papel diferente do desempenhado na Guerra do golfo. Em 9 de dezembro de 2003, meses após o início da Guerra do Iraque (2003–2011), a Dieta nacional aprovou o *Humanitarian Relief* e o *Iraq reconstruction special measure law*, atos que autorizaram o governo a enviar as SDF para o Iraque. Essa foi a primeira vez, após a 2ª Guerra Mundial, que os soldados japoneses puderam carregar armas com eles (FOUSE, 2007) e a primeira atuação das SDF sem que tenha havido um mandato da ONU para tal. (PILLING, 2004).

Assim, é válido destacar a atuação japonesa independente da ONU. Ato que seria impensado uma década antes, se tornou agente de crédito internacional ao Estado. Assim sendo é possível perceber que o papel das missões de paz da ONU além da visão liberal, que tem em vista a busca da paz e da democracia (BALDWIN, 1993), há uma visão neorrealista, que ressalta os Estados como controladores das organizações internacionais (MEARSHEIMER, 1995). A atuação japonesa internacional e independente demonstrou na prática para o país a dispensabilidade da obrigatoriedade organizacional. O Japão se utiliza da ONU muito mais como um mecanismo de estabilidade, afastando as suspeitas regionais de uma retomada imperialista, que como uma forma de regulação a suas forças em ambiente internacional, como era suposto de ser por meio da lei de peacekeeping.

Críticos ao governo alegaram a inconstitucionalidade do envio de tropas em violação ao artigo 9 da constituição, porém o governo citou as resoluções 1483 e 1511 da ONU que sancionam a contribuição humanitária e para a reconstrução do Iraque como legitimadoras do ato. Em 19 de janeiro de 2004 as forças de autodefesa terrestre chegam ao Oriente Médio, com a missão de prover água potável, ajudar na reconstrução de escolas e moradias e suporte médico na província de Muthana. As tropas japonesas saíram da missão com alta expertise em cooperação internacional, tendo atuado juntamente com as forças da coalizão, principalmente tropas americanas, holandesas, australianas e britânicas.

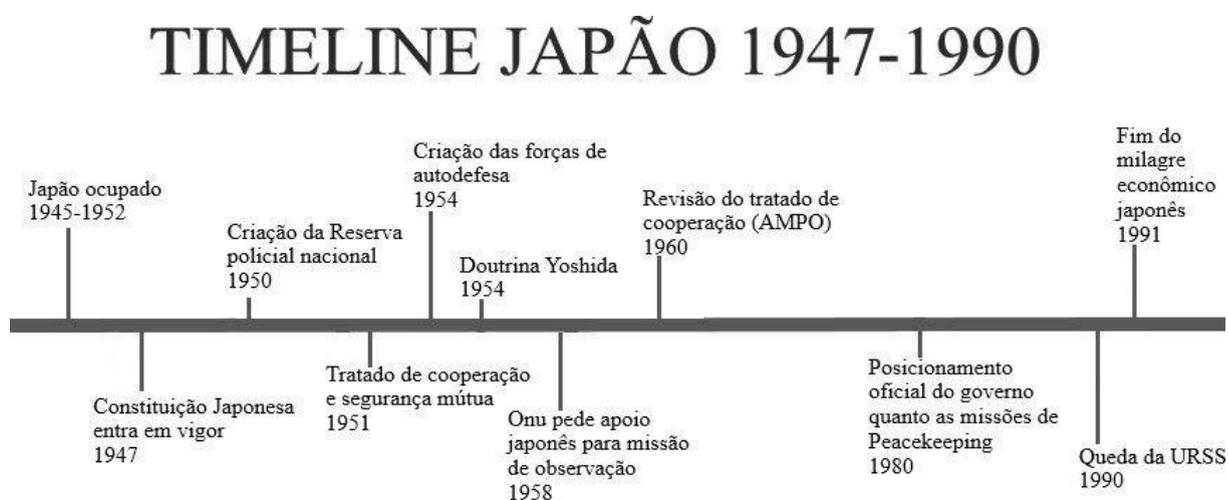
Em 2008 a corte regional de Nagoya declarou o envio de tropas ao Iraque ato inconstitucional. A atuação neste momento havia se tornado de transporte de tropas da coalizão em veículos japoneses para o combate em Bagdá, por conta disso a corte viu na

atuação japonesa força de combate indireta, argumentando que “The ASDF mission to airlift armed troops from multinational forces to Baghdad plays a part in the use of force by other countries³⁴”, assim a interpretação foi que o Japão indiretamente fazia uso da força. As tropas foram retiradas até dezembro deste mesmo ano.

Em 2007 Abe Shinzo chega ao gabinete japonês, e inicia uma série de reformas que buscam, se não reverter, flexibilizar as ações de defesa, envio de tropas e poderio militar japonês, buscando impedir futura ação semelhante por parte das cortes japonesas e garantir ao Japão o pleno exercício de suas forças militares. Para Gavan McCormack, estudioso e pesquisador especializado no leste asiático o LDP (Partido Liberal Democrata) objetiva: “simultaneous revision of all three of the country’s basic charters: Ampo (the security treaty with the United States), the 1946 Constitution, and the Fundamental Law of Education” (MCCORMACK, 2012). O projeto de agenda política (draft policy agenda) do LPD em 2005 tinha como principais objetivos do partido para o próximo ano

‘normalizing’ the Japanese military (by revision of Article 9) and legitimating the Prime Minister’s visits to Yasukuni, providing an emotional and satisfying national story and generating volunteers for future wars (MCCORMACK, 2012)

Imagem 4 – Timeline do Japão 1947-1990



Fonte: Elaborada pelo autor, 2020.

É bastante perceptível como a remilitarização do Japão ocorreu a passos largos e sob metas bem distribuídas. Em 1990 o declínio soviético e a ascensão chinesa levaram o Estado a

³⁴ Disponível em:

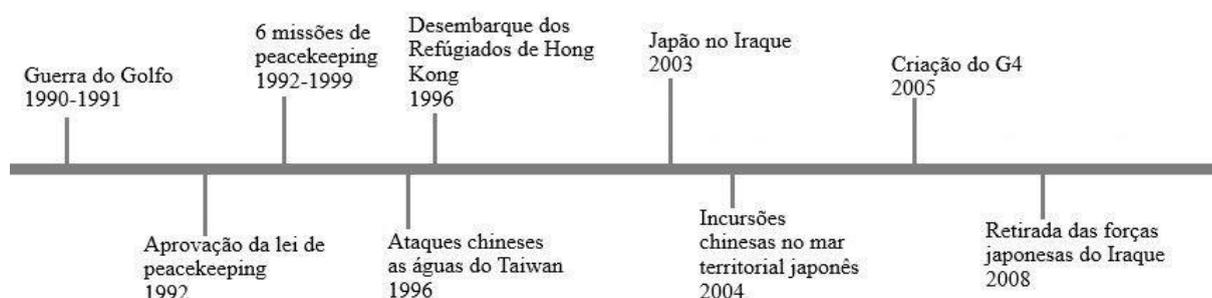
<https://www.japantimes.co.jp/news/2008/04/18/national/high-court-asdf-mission-to-iraq-illegal/>

se desvincular da Doutrina Yoshida ao mesmo tempo que buscava um engajamento em matéria internacional. O fim do milagre econômico japonês acabou com o ilusório isolacionismo em que o país se colocou no pós-guerra. A abdicação de participação efetiva que perdurou desde os anos 50, não tinha mais lugar nesse novo mundo onde a bipolaridade não mais existia e em que os competidores do Japão se fortaleciam. Era necessário uma real mudança de postura do país, que não mais possuía o status destruído que possuía nos anos 1950 e se tornara uma potência econômica e tecnológica. A principal questão japonesa na década de 1990 foi, como transformar poder econômico em capacidade de projeção de poder internacionalmente sem ferir as limitações do Estado?

Essa questão encontrou resposta na figura das missões de paz das Nações Unidas, onde o Estado japonês poderia capacitar suas forças, agir em conjunto com outras nações estreitando os laços entre estas, em conformidade com sua legislação interna ao mesmo tempo em que recebia prestígio internacional, tão necessário para uma reforma no CSNU.

Imagem 5 – Timeline Japão 1991-2008

Timeline Japão 1991-2008



Fonte: Elaborada pelo autor, 2020.

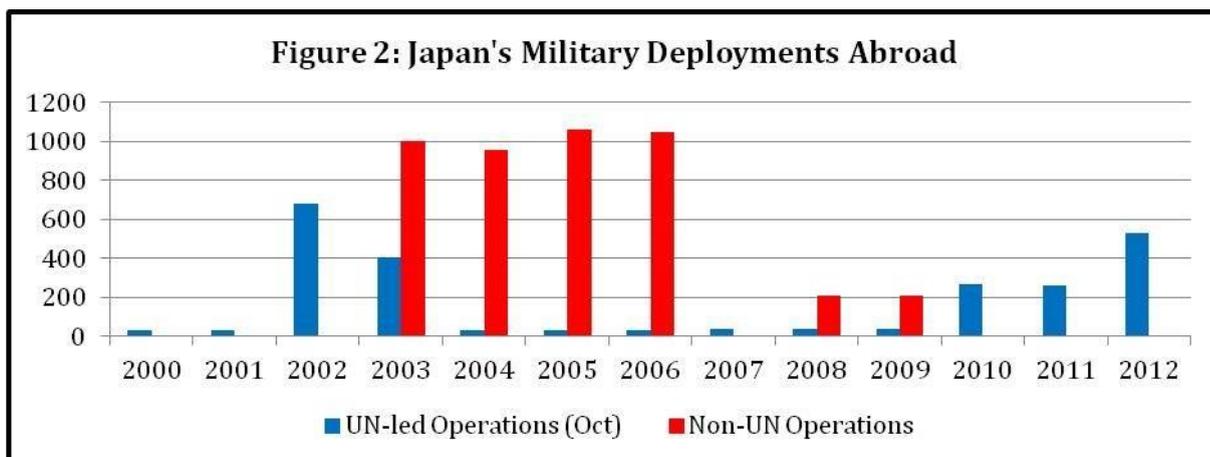
Segundo o quadro pode-se perceber que o Japão no percurso de sete anos participou, com algumas em curso, seis missões de peacekeeping³⁵. Esse alto número é capaz de demonstrar o quão interessante politicamente é para o país essa participação. Após o fracasso de sua atuação na Guerra do Golfo, que atuou como ponto de virada decisivo para a política japonesa, o país finalmente após uma série de tentativas frustradas conseguiu a aprovação da

³⁵ Dados das missões de Peacekeeping japonesas disponíveis em: https://www.mofa.go.jp/fp/ipc/page22e_000684.html

lei de peacekeeping. Posteriormente as demonstrações de força chinesa ao longo da década de 90, em 2005 Japão e aliados fundam o G4.

O gráfico abaixo demonstra o número de despachos de pessoal das SDF além-mar durante os anos 2000. Nele podemos perceber que diferentemente do que ocorreu durante a década de 1990, nos anos 2000 a maior quantidade de militares enviados internacionalmente não foi para missões de paz da ONU. O conflito do Iraque iniciado em 2003 foi responsável pelo primeiro e único até o momento envio das Forças de Autodefesa para agir em Autodefesa Coletiva. Esse instrumento criado para suplantar as limitações nacionais foi claramente um objetivo do país por muito tempo, já que o termo possui citações desde os anos 1980, entretanto nada que levasse a adoção explícita deste pelo governo. É difícil crer que o Japão não possui a intenção de se desvincular das atuações exclusivamente da ONU e levar a cabo seu projeto próprio de exportação de poder, sobretudo uma vez que como mencionado anteriormente o Draft Policy do partido Liberal Democrata em 2005 já falava em normalizar as forças militares japonesas.

Gráfico 4 – Envios militares japoneses além-mar



Fonte: Providing for Peacekeeping³⁶.

Em 2006 Abe Shinzo alcançou o governo com um projeto de revisão constitucional e logrou a transformação da Agência de Defesa japonesa (Japanese Defense Agency) no Ministério da Defesa. Porém a administração foi minada por escândalos, que variaram desde denúncias de uso indevido dos fundos do governo, o suicídio do ministro da agricultura Toshikatsu Matsuoka e a rejeição da proposta legislativa de uma mulher herdar o trono do

³⁶ Disponível em: <http://www.providingforpeacekeeping.org/2014/04/03/contributor-profile-japan/> acessado em 28/10/2020

crisântemo. Em decorrência desses fatos houve uma degeneração de sua base de apoio e em 12 de setembro de 2007, três dias após a Dieta ter iniciado uma nova sessão, Abe renunciou alegando problemas de saúde.

Em 2008 as forças japonesas foram retiradas do Iraque e todos os esforços para avançar o projeto remilitarizatório ficaram estancados, durante um período de instabilidade política onde os primeiros-ministros se sucediam sem que algum durasse mais de um ano no gabinete. Contudo após breve período fora da vida pública em 2012 Abe retorna ao cargo de Premiê.

Capítulo 3 - As Reformas

3.1 – Entre governos Abe 2008-2012

As preferências do Estado podem ser contempladas como fruto da ação de pressões sociais sobre as políticas estatais, portanto a eleição de Abe Shinzo e sua permanência por tanto tempo no gabinete japonês implica um anseio geral, ainda que não total, em políticas externas enérgicas e na preponderância no discurso externo de um sentimento nacionalista japonês. Nascido em 1954, neto de um primeiro-ministro (Nobusuki Kishi, 1957-1960) e filho de um ministro das relações exteriores (Shintaro Abe, 1982-1986), Abe nasceu em uma era posterior ao império japonês, seu nascimento coincide com o ano da criação das forças de autodefesa, assim sendo Abe nunca conheceu o Japão Imperial, o que explica muito de suas preferências.

Eleito em 2006 aos 52 anos, Abe foi o mais jovem primeiro-ministro nipônico eleito no pós-guerra. O objetivo primário de Abe no governo foi tornar o Japão um país “independente” no pacífico, com poder suficiente para não ser desafiado como nas ilhas Senkaku. Abe busca principalmente atuar de forma conjunta a outros países regionais para de forma coletiva garantir a estabilidade e os interesses japoneses na região, prioritariamente freando o expansionismo chinês. Em sua política Abe estava pronto para se utilizar de métodos de divulgação pública polêmicos, como no caso de Yasukuni para chamar a atenção ao seu projeto de governo, nesse percurso tomando atitudes revisionistas quanto ao passado imperial (TURNER, 2014).

Em 2007 após sua renúncia ocasionado por problemas de saúde e uma perda da base de apoio, Abe foi sucedido por Yasuo Fukuda, o primeiro dos cinco primeiros-ministros que sucederam Abe até seu retorno em 2012, nenhum destes conseguiu se manter por mais de 16 meses no poder. Em 2009 o Partido Liberal Democrata, pela segunda vez em sua história perdeu a maioria e conseqüentemente o governo do Japão, levando o país a ser governado pelo hoje extinto Partido Democrático do Japão (DPJ 1998-2016). As novas adversidades geradas pela crise de 2008 e o expansionismo chinês em direção ao Mar do Sul da China e as ilhas Senkaku/Diaoyu levaram a uma enorme instabilidade no governo que rotacionou políticos nos cargos executivos de destaque pelos quatro anos seguintes.

2012 ano crítico para a política externa japonesa, se iniciou com a expansão das atividades marítimas chinesas e uma disputa territorial com Seul pelas ilhotas de Takeshima /

Dokdo / Liancourt³⁷. No mesmo ano houve o lançamento de um míssil da Coreia do Norte, o país afirmou se tratar de lançamento espacial com finalidades civis, entretanto Tokyo se preparou para o pior³⁸. Em meio a tantas tensões o país mobilizou seus sistemas de defesa antibalístico (BMD), a Força de Autodefesa Marítima (MSDF) e a Força de Autodefesa Aérea (ASDF). Foram implantados três destróieres equipados com tecnologia antimísseis Aegis no Mar do Japão e Mar da China Oriental. A ASDF implantou sete baterias de Patriot PAC-3 (armamento antibalístico) nas ilhas principais e em Okinawa. Juntamente a Força de Autodefesa Terrestre (GSDF) mobilizou 500 tropas³⁹. Apesar da mobilização o país fracassou em rastrear toda a trajetória do míssil norte-coreano, sem os sensores dos Estados Unidos. Nesse mesmo ano o governo decidiu comprar as três ilhas Senkaku/Diaoyu de seu proprietário privado buscando evitar uma tomada destas pela China.

O Ministério da Defesa Japonês (MoD) requisitou orçamento para 2013 de ¥ 4,57 trilhões, algo por volta de US\$ 58 bilhões, reduzindo em 1,7% o orçamento de 2012. Essa queda representou a maior queda percentual anual em meio século e o menor orçamento geral de defesa em quase 20 anos. O que ocasionou tal queda em um momento de crise em defesa tão acentuada foram as consequências da crise de 2008, que ainda se apresentavam forte no país, e principalmente a reconstrução da região de Fukushima, devastada pelo acidente da usina nuclear Fukushima Daiichi, um ano antes.

O evento de Fukushima, importante ressaltar, gerou uma participação massiva das SDF, e ocasionou uma grande movimentação nacional com todo seu aparato militar operando conjuntamente. A resposta ao terremoto Tohoku e o tsunami posterior que danificaram e ocasionaram o desastre da instalação nuclear, mobilizou por volta de 100.000 a 180.000 do pessoal das SDF, contabilizando pessoal de apoio. Essa foi a maior mobilização na história das SDF. A atuação também gerou experiência em ação conjunta a forças americanas, presentes no país por meio da Operação Tomodachi. O evento ao contrário da participação das SDF no terremoto Hanshin-Awaji de 1995, bastante criticada, fortaleceu a legitimidade militar das SDF e a aprovação popular destas.

Do orçamento citado anteriormente para o ano de 2013, o MSDF solicitou ¥ 72,3 bilhões (US\$ 912 milhões) para a compra de um novo destróier anti submarino de 5.000

³⁷ Balázs Szalontai, "Instrumental Nationalism? The Dokdo Problem Through the Lens of North Korean Propaganda and Diplomacy," *Journal of Northeast Asian History* 10, Issue 2 (2013), pp. 115–157

³⁸ Para saber mais ler <https://www.theguardian.com/world/2012/mar/30/north-korea-rocket-launch-japan>

³⁹ Dados do Military Balance 2013

toneladas, a compra de um submarino extra e um avião de patrulha marítima Kawasaki P-1. Equipamentos importantes para detecção de veículos estrangeiros em águas japonesas, ressaltando que na época, o país vivia um auge das incursões chinesas⁴⁰.

Nesse período entre as administrações Abe houve ações importantes tomadas pelo Partido Democrático (de espectro centro-esquerda), que ressaltaram a importância suprapartidária dos temas em defesa no Japão. Em junho de 2009 a Dieta nacional aprovou uma nova lei antipirataria que expandia a participação das Forças de Autodefesa Marítima (MSDF) a atuar em águas internacionais e proteger não somente as embarcações japonesas. A atuação de polícia internacional antipirataria foi recebida com agradecimentos pelos EUA, e a terra do sol nascente enviou embarcações para o Golfo de Aden⁴¹. O posicionamento japonês foi deveras estratégico nesta questão, a área é ponto de grande movimentação de embarcações japonesas que levam as exportações do país para Europa. Enviando navios de escolta e aeronaves patrulhadoras, o país garante a integridade de suas embarcações e produtos ao mesmo tempo que defendendo embarcações estrangeiras na área, atrai os olhares da comunidade internacional que o veem como engajado na manutenção da paz e estabilidade mundial.

Nesse aspecto a teoria dos Great Power Politics (MEARSHEIMER, 2000) fornece uma visão importante, a atitude japonesa reafirma o posicionamento quanto ao comportamento dos Estados. Uma vez que os Estados se vêem agindo em uma realidade de Autoajuda, a ação japonesa visualiza que se nação não garantir e proteger os seus interesses dificilmente haverá a quem recorrer por isso.

O LDP tentou em meados de 2009 aprovar na Dieta uma nova legislação que permitisse a guarda costeira do Japão inspecionar embarcações norte-coreanas em águas internacionais a procura de armas de destruição em massa. O projeto apoiado pela administração do DPJ não foi adiante pelo tempo insuficiente entre a aprovação deste e as eleições gerais.

⁴⁰ Dados do The Military Balance, 2013.

⁴¹ Combate às ações de pirataria realizadas por parte dos piratas somalis após o início da Guerra civil no país (1991-Presente)

Tabela 5 – Os gastos militares do Japão (2009-2012)Table 15 **Japan Defence-Related Expenditures Breakdown and Trends (2009–12) (¥bn)**

	FY 2009/10	FY 2010/11	FY 2011/12	FY 2012/13
Personnel & Provisions (% of Total)	2,077 (43.5%)	2,285 (45.8%)	2,092 (43.8%)	2,070 (43.9%)
Equipment Procurement (% of Total)	825 (17.3%)	774 (15.5%)	780 (16.3%)	757 (16.0%)
Maintenance (% of Total)	1,034 (21.7%)	1018 (20.4%)	1,071 (22.4%)	1,106 (23.5%)
Research & Development (% of Total)	120 (2.51%)	159 (3.18%)	85.1 (1.78%)	94.4 (2.0%)
Other Expenditure (of which:)				
Facility Improvements	133	134	120	100
Base Countermeasures	440	437	434	442
SACO-Related Projects	11.2	16.9	10.1	8.6
US Military Realignment	60.2	90.9	103	60
Other Miscellaneous Outlays	74.4	76	80.9	76.9
Other Expenditure Total (% of Total)	718 (15.0%)	755 (15.1%)	747 (15.6%)	687 (14.6%)
Total	4,774	4,990	4,775	4,714

Sources: *Bōei Hakusho* and *Bōei Handobukku*, various years.

Notes: Equipment procurement expenditures include the purchase of military vehicles and aircraft, and the construction of ships. Maintenance expenditures include those for housing, clothing and training.

Fonte: IISS/Military Balance, 2013

A tabela acima demonstra que apesar da troca do partido governante houve pouca influência no orçamento de defesa com o orçamento mais baixo representado no ano de 2012/2013. O orçamento voltaria a crescer em 2014 e chegaria ao ápice da história pós-guerra em 2015.

O grupo consultivo do primeiro-ministro Naoto Kan (2010-2011), recomendou que o país buscasse se afastar do conceito de defesa básica e buscar por meios dos NDPG (*New Defense Programs Guidelines*) converter as SDF em uma força militar mais flexível e capaz de ser mobilizada fora do país, se necessário. O país também deveria buscar a revisão do *Arms Export Ban* (Sua legislação proibindo a exportação de armas), para ajudar a indústria de defesa japonesa a formar parcerias regionais. (BERKOFISKY, 2012). As afirmações da administração Naoto Kan, demonstram a importância dada ao tema de defesa e a atuação exterior do SDF na estratégia internacional do país. Como interesse de Estado dificilmente um governo não se alinhará a estes objetivos, traçados desde os anos 1990, independentemente da posição partidária deste.

Capítulo 3.2 - Segundo governo Abe

Em 26 de dezembro de 2012, Abe foi reeleito primeiro-ministro, com o apoio de 328 dos 480 membros da Dieta, este assumiu em momento de crise, com frequentes ameaças externas e uma crise econômica global ainda em curso.

O mandato de Abe iniciou-se de forma atribulada, quando em 16 de janeiro de 2013, menos de um mês após sua eleição, o premiê teve que lidar com a crise dos reféns em Amenas, Argélia. A crise foi ocasionada pelo ataque a uma instalação internacional de usinas de gás natural e seus trabalhadores, por parte de jihadistas. Os terroristas atacaram e fizeram reféns mais de 800 pessoas, entre estas 17 japoneses entre britânicos, franceses, americanos entre cidadãos de outras nacionalidades. Os governos se negaram a negociar com os terroristas o que ocasionou na morte de ao menos 67 funcionários, 10 destes japoneses. A população japonesa se mostrou apoiando a tomada de medidas enérgicas pelo governo na proteção de seus cidadãos, assim a administração Abe reformulou o até então chamado Conselho de Segurança, no, Conselho de Segurança Nacional, moldado para coordenar as políticas de segurança do país entre as agências de defesa, buscando eliminar as ineficiências burocráticas em lidar com núcleos semi-independentes. O Conselho de Segurança Nacional japonês foi criado seguindo o formato do Conselho de Segurança Nacional americano.

Posteriormente em 2015 o governo japonês teria outra questão de segurança no Oriente Médio. Após anunciar pacote de 200 milhões de dólares em combate ao Estado Islâmico, o EI divulgou um vídeo onde possuía dois reféns japoneses e ameaçava matá-los caso o governo não concedesse os 200 milhões como resgate destes⁴². Abe se recusou a pagar e prometeu salvar os reféns, entretanto estes foram mortos, após o que Abe condenou como ato hediondo; críticos ao governo condenaram o auxílio de 200 milhões fornecido por Abe enquanto o EI possuía reféns japoneses. Entretanto após a contenda o apoio da administração cresceu, esse evento foi usado pelo primeiro ministro para promover sua legislação de autodefesa coletiva.

Em seus primeiros anos de governo Abe foi bastante ativo em suas relações exteriores,

⁴² Para saber mais sobre a crise ler: <https://thediomat.com/2015/02/islamic-state-and-japan-what-next/>
Acessado em 01/12/2020

visitando 49 países entre dezembro de 2012 e setembro de 2014⁴³, enquanto seus dois predecessores Naoto Kan e Yoshihiko Noda visitaram combinados 18 países de junho de 2010 a dezembro de 2012. As viagens de Abe muito demonstram a influência e importância que o meio externo possui para a administração japonesa, o ambiente de economia globalizada e de intrincadas relações do leste asiático deixa poucas opções de atuação para um premiê japonês que não se integra a dinâmica diplomática. Como realizado pela administração Obama nos EUA, Abe buscava uma promoção dos valores nacionais em ambiente internacional, impulsionando sua imagem como bom líder e trazendo aliados para a causa japonesa principal, ato este bem recebido por países locais como Vietnã e Filipinas que também têm a China como perigo iminente.

Em seu percurso para a remilitarização, Abe iniciou seu mandato buscando exaltar os ânimos nacionalistas do país, tais ações podem ser analisadas sobre o prisma de passos iniciais buscando ganhar apoio popular e promover ideias favoráveis antes de um engajamento real em ações mais drásticas. A vista a Yasukuni foi um evento de destaque, juntamente a criação do dia da restauração da soberania.

Proposto em 2012 e realizado em 28 de abril de 2013, o novo feriado criado por Abe comemora o fim da ocupação americana das ilhas em 28 de abril de 1952. Criado para enaltecer o Estado japonês, o feriado contou com a participação do então Imperador Akihito e a Imperatriz Michiko. Durante o evento Abe afirmou "restoration of sovereignty day" would give Japan hope for the future and help it become "strong and resolute"⁴⁴. Juntamente a família imperial, foram recebidos pelo Premiê cerca de 300 convidados, entre burocratas, prefeitos e membros da suprema corte. O evento gerou protestos por parte de Okinawa, que continuou sob administração americana até 1972 e ainda hoje possui grande parte da ilha ocupada pelas forças americanas. O evento enquanto comemorado pela população das ilhas principais, foi duramente criticado por ativistas de Okinawa como um evento em comemoração a traição sofrida pela ilha.

Em entrevista para a Foreign Affairs⁴⁵ buscando promover sua visão de Japão, Abe afirmou: em 2013,

⁴³ Para saber mais ler:

<https://thediplomat.com/2014/09/shinzo-abe-has-visited-a-quarter-of-the-worlds-countries-in-20-months-why/>

⁴⁴ Matéria da BBC, disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-22330635>

⁴⁵ Entrevista disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/interviews/2013-05-16/japan-back> Acessada em 09/11/2020

Japan is the only country in the world that does not call its defense organizations a military. That is absurd, when the government is spending a total of 5 trillion yen [per year] for self-defense. I think that our constitution should stipulate that our Self-Defense Forces are military forces (as it currently does not) and should also stipulate the longestablished principles of civilian control and pacifism. Even if we reactivated the right to have a collective self-defense or amended Article 9 of the constitution, that would only put Japan in the same position as other countries around the globe. (FOREIGN AFFAIRS, 2013)

Os primeiros atos para renovação do poderio japonês foram explicitados, em 2014, com a criação de uma *“Cabinet Decision on Development of Seamless Security Legislation to Ensure Japan’s Survival and Protect its People⁴⁶”*. O assessor de segurança de Abe, Yosose Isoaki em 2014 declarou *“Truth be told, the US can no longer afford to play the worlds policeman... this is no longer an era with Japan is permitted to do nothing and count on america to protect us.”*, tal sentença deixa clara a ideia japonesa de obter protagonismo em seus próprios assuntos. No mesmo ano o primeiro passo foi dado com a superação do quase total banimento de exportação de tecnologias defensivas pelo Japão, em vigor desde 1976. Durante os anos 60 foi decidido pelo governo que as exportações de materiais bélicos japoneses seriam restritos por três princípios; Restrição de exportação para países comunistas, países sob embargo das Nações Unidas e Países envolvidos, ou de provável envolvimento, em conflitos internacionais. Em 1976 o governo anunciou que todas as exportações de material bélico seriam banidas, em conformidade com o posicionamento do Japão como uma *“Peace-loving nation⁴⁷”*

A remoção do *“Arms Exports Ban”* levou as empresas de armamentos japoneses para o mercado internacional, apesar destas empresas não conseguirem vender globalmente seus produtos com o mesmo preço quantificado no mercado japonês. Que foi, por quase 50 anos protecionista a estas indústrias, o objetivo governamental é por meio de transferência tecnológica estreitar seus laços com nações aliadas e fortalecer a indústria doméstica. Mitsubishi Heavy Industries, Kawasaki Heavy Industries e IHI agora abertas a concorrência global tem que abaixar seus custos e apresentar inovações recorrentes buscando competitividade, fator altamente atrativo para o plano de governo levado por Abe.

⁴⁶ Política que foi adotada em 2016 com o: Japan’s Legislation for Peace and Security, Government of Japan. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/files/000143304.pdf> Acessado em 09/11/2020

⁴⁷ <https://www.mofa.go.jp/policy/un/disarmament/policy/index.html>

Ainda no mesmo ano o país assinou acordos com Austrália para transferência de materiais defensivos, com Reino Unido para desenvolvimento de mísseis ar-ar classe Meteor; exportou aeronaves ShinMaywa US-2 para Índia, barcos de patrulha para as Filipinas e estudava levar apoio marítimo similar ao Vietnã.

A política externa de Abe se distanciou do então padrão japonês que se direcionava primariamente para as relações bilaterais com Estados Unidos, China e Coreia do Sul e focou no crescimento da participação internacional japonesa em países do sudeste asiático e o estreitamento de laços com as nações da Otan e União Europeia. Em 2014 o novo governo deu seu passo inicial para as reformas almejadas, tendo em 2015 e 2016 confirmadas suas vontades legislativamente. Entretanto a bem estabelecida classe pacifista japonesa não aceitou os novos termos com alegria.

Capítulo 3.3 – As Reformas

A decisão principal do gabinete foi tomada em julho de 2014, reinterpretar a constituição de forma a permitir o uso da “autodefesa coletiva”. Como bem ilustrado por Turner, B. W. (2014) em seu artigo “understanding Shinzo Abe vision for Japan: a political theory approach”, a existência da força de autodefesa coletiva permitiria ao país, caso os EUA entrem em guerra com algum outro poder regional, mesmo que o Japão não seja atacado, fornecer seu apoio e tomar parte do conflito para defender importante aliado. Essa interpretação burlaria um choque com a constituição, no que seria caracterizado como exercício da força. Após demonstrar sua intenção o governo avançou em seus passos; em abril de 2015 Abe discursou ao Congresso americano⁴⁸. Neste prometeu que o Japão aumentaria sua participação na aliança com os EUA, e considerou que a Parceria Transpacífico (TPP) traria benefícios econômicos e de segurança para a região. Em seu discurso ao congresso Abe afirmou “We started out on our path bearing in mind feelings of deep remorse over the war. Our actions brought suffering to the peoples in Asian countries. We must not avert our eyes from that. I will uphold the views expressed by the previous prime ministers in this regard.”

A questão das desculpas oficiais prestadas pelo governo japonês, sempre foi um ponto muito importante dos discursos de Abe. Em 2015, na comemoração de 70 anos do fim da Segunda Guerra Mundial, Abe afirmou:

We must not let our children, grandchildren and even further generations to come, who have nothing to do with that war, be predestined to apologise. Still even so, we Japanese, across generations, must squarely face the history of the past. We have the responsibility to inherit the past, in all humbleness, and pass it on to the future⁴⁹.

A visita governamental a Yasukuni em 2012 pode ser visualizada sobre esse prisma, o governo Abe possui forte engajamento para criar a imagem de um novo Japão que nada tem a ver com os eventos passados, e para isso busca se reafirmar realizando ações consideradas “normais” para a nação japonesa, mas que ficaram marcadas internacionalmente por serem ligadas a eventos do período sombrio do país.

Nesse aspecto é possível observar um posicionamento construtivista nas ações do

⁴⁸ Discurso disponível em : https://www.mofa.go.jp/na/na1/us/page4e_000241.html acessado em 12/11/2020

⁴⁹ Disponível em: <https://www.eastasiaforum.org/2015/08/17/relief-surprise-and-ambiguity-in-abes-war-apology/> acessado em 12/11/2020

governo Abe. A teoria construtivista elaborada por Alexander Wendt (1995), vê nos indivíduos e suas preferências os verdadeiros atores das relações internacionais, assim sendo Wendt afirma “a anarquia é o que os Estados fazem dela” quando categoriza que são as preferências pessoais dos indivíduos, sejam estas pacíficas ou belicosas, que levam ao destino final da nação. Para se obter a visão de mundo mutável, o construtivista tende a se concentrar nas idéias e normas dos indivíduos e como estes constroem o comportamento dos Estados. Nesse aspecto é interessante se analisar determinados posicionamentos do governo Abe sob a ótica construtivista, a visão que Abe possui do Japão é em grande parte responsável pelas mudanças realizadas em seu governo. Ademais estas não são as únicas respostas para a remilitarização, os interesses de Abe são suplantados pelos interesses do Estado japonês, como ficou evidente durante os dois períodos em que o LDP esteve fora do governo. A competição estrutural do sistema internacional não permite grandes desvios no caminho da remilitarização seguido desde os anos 1990, entretanto analisar as ações de Abe sob uma visão construtivista é bastante elucidador de como suas atitudes aceleraram esse processo.

Em 2015 a administração Abe conseguiu sua mais importante vitória, a aprovação do “Peace and Security Preservation Act” implantou no ordenamento jurídico a interpretação de autodefesa coletiva para o artigo 9, que se não invalida totalmente o artigo ao menos o flexibiliza quanto ao envio das SDF ao exterior. Na prática a ação permite ao Japão atuar fora de seu território em conflitos militares, sem a necessidade de estarem ligados a causas humanitárias e missões de paz, retirando o risco de uma declaração de inconstitucionalidade como o ocorrido no Iraque. A nova legislação causou protestos em parte da população, que a viu como uma abolição do pacifismo japonês.

O Peace and Security Preservation Act, possui dez pontos que discutem desde as medidas de resgate para cidadãos japoneses além-mar, (ponto influenciado pelas experiências japonesas com o EI em 2015, e o incidente de Amenas em 2013.) às medidas adotadas pelo país em caso de ataque ou ameaça a sua sobrevivência. O ato foi aprovado em 19 de setembro de 2015 e entrou em vigor em 29 de março de 2016. O ato gerou manifestações populares contrárias levando o governo a afirmar que a população não estava plenamente consciente do que se tratava a legislação, assim posteriormente lançando cartilhas explicando todo o novo processo. O Documento do Ministério da Defesa japonês (MoD)⁵⁰ constata que há três fatores

⁵⁰ Disponível em: https://www.mod.go.jp/e/publ/w_paper/pdf/2016/DOJ2016_2-3-2_web.pdf acessado em 12/11/2020

regulatórios para o uso da autodefesa coletiva, estes são:

(1) When an armed attack against Japan occurs or when an armed attack against a foreign country that is in a close relationship with Japan occurs and as a result threatens Japan's survival and poses a clear danger to fundamentally overturn people's right to life, liberty and pursuit of happiness (2) When there is no other appropriate means available to repel the attack and ensure Japan's survival and protect its people (3) Use of force limited to the minimum extent necessary.

Posteriormente o mesmo documento, em outra sessão, afirma:

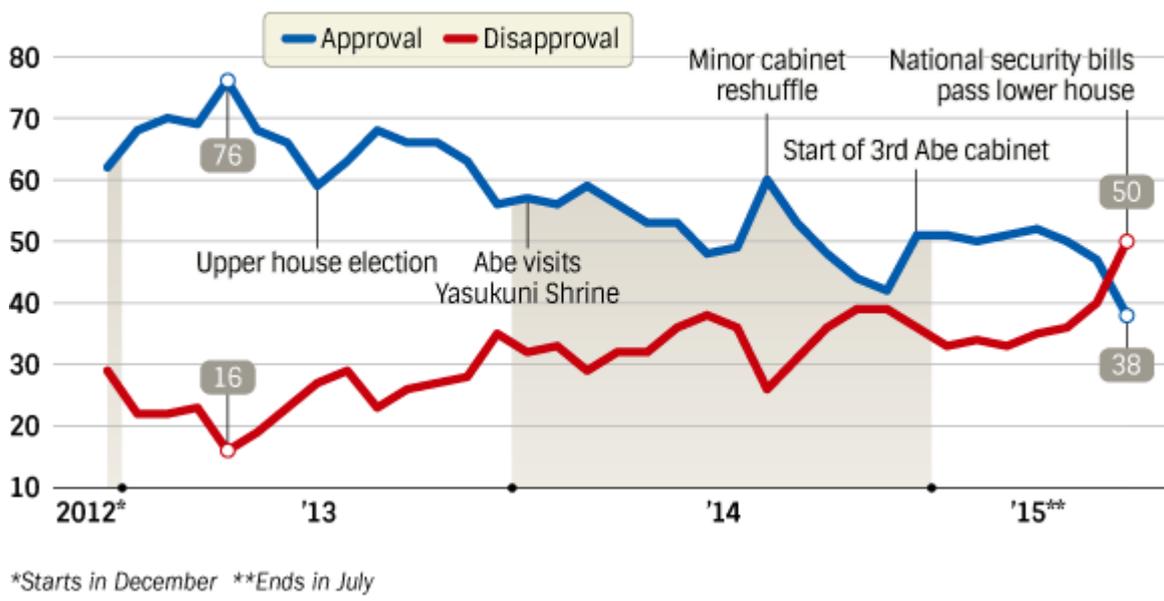
The exercise of the right of collective self-defense is not permitted for the purpose of the so-called defense of a foreign country, namely, for the purpose of turning back an attack made against a foreign country.

É possível constatar que o uso da autodefesa coletiva foi explicado em dois momentos. no segundo o governo esclarece que a autodefesa coletiva não é permitida em caso de defender outro país, de forma a atuar como um revide contra o agressor. Entretanto o ponto número 1 dos reguladores para a atuação do SDF no exterior diz que: “when an armed attack against a foreign country that is in a close relationship with Japan occurs”. Claramente estabelecendo que o Japão não atuaria em defesa de países no exterior a não ser que possuísse estreitos laços de relacionamento com este; relacionamento em que se enquadram as relações EUA-Japão. Ou seja, a nova legislação na verdade pode ser vista como um passo adiante no relacionamento em defesa Japão-EUA, que vinha sofrendo críticas nos últimos anos, ao mesmo tempo que flexibiliza os entraves ao engajamento internacional do país, fato gerador de prestígio e ponto chave da diplomacia japonesa.

Após a aprovação do projeto, o Partido Liberal Democrata e o Premiê Shinzo Abe, sofreram uma série de críticas, populares e pela oposição, o que levou a uma queda pronunciada na popularidade do governo.

Gráfico 5 – Aprovação do Governo 2012-2015

Government approval ratings, 2nd & 3rd Abe cabinets; in percent



Fonte: Nikkei Asia.⁵¹

Como evidenciado na imagem acima, a aprovação e a rejeição do gabinete pela primeira vez no mandato de Abe se inverteram. Durante as homenagens de 70 anos dos bombardeios de Hiroshima e Nagasaki, críticas foram levadas ao premiê por meio de sobreviventes do trágico evento. Shoji Sawada, sobrevivente de Hiroshima afirmou “Whatever he says, Mr Abe is setting Japan back on the road to wage war⁵²”, Sumiteru Taniguchi, outro sobrevivente, ao discursar no evento afirmou, olhando nos olhos de Abe que: “The security Bills that the government is trying to push through would jeopardise our long-time movement for nuclear abolition and the hopes of *hibakusha*⁵³”. O Dano à imagem do governo foi tamanho, que deu início a toda uma campanha de marketing envolvendo a figura do primeiro-ministro e uma explicação ao público da nova legislação do Peace and Security Preservation Act.

Pôsteres, panfletos, propagandas e até mesmo animes foram encomendados na

⁵¹ Disponível em: <https://asia.nikkei.com/Politics/Abe-cabinet-s-approval-rating-bounces-back-to-46>

⁵² Disponível em:

<https://www.irishtimes.com/news/world/asia-pacific/nagasaki-survivors-criticise-shinzo-abe-s-military-push-1.2311694> acessado em: 12/11/2020

⁵³ Hibakusha – Termo utilizado para se referir aos sobreviventes dos bombardeios atômicos de Hiroshima e Nagasaki ocorridos em 6 e 9 de agosto de 1945. O termo significa em tradução livre “pessoa afetada pela bomba”.

tentativa de retomada do apoio perdido, uma animação em particular chama a atenção. Chamada “Tell me, moustachioed commander!” a animação possui um diálogo entre um chefe militar e uma garota do ensino médio, onde o militar questiona a garota: “Do you know there are countries pointing missiles at Japan? What will we do if they are fired?”, a garota replica, “Eh? They’ll fire them? No, No! Someone protect us!”⁵⁴. O objetivo desta animação claramente foi alarmar o povo japonês quanto a possibilidade de um ataque inimigo, ao contrário de explicar seriamente a nova legislação e buscar o apoio popular desejado. As ações foram eficientes a médio prazo, pouco tempo depois o LDP retomou a confiança do povo em seu governo, conseguindo reeleger Abe em 2017, entretanto pelo restante do mandato sua popularidade não mais obteve os índices de 2012 e 2013.

No novo cenário pós reformas houve mudanças na postura japonesa quanto a sua defesa e poderio militar? E na configuração de seu material bélico? A resposta para a primeira questão é não e para a segunda sim. A postura japonesa se mantém constante desde meados dos anos 90 com o incidente chinês no estreito de Taiwan. Para o governo japonês a partir daquele momento se tornou muito claro que a China estava disposta a agir externamente e se necessário com o uso da força para garantir seus interesses.

A partir de então o posicionamento se tornou voltar todos os esforços e capacidades das SDF para impedir uma invasão das ilhas, na última década a preocupação japonesa com essa questão se incrementou com a ameaça dos mísseis balísticos norte-coreanos. Retomando documento citado anteriormente, o National Defense Program Guidelines FY 2005-2, documento de 2005, cita em seu texto a ameaça iminente de invasão das ilhas japonesas, sem citar um possível agressor, dadas as incursões em seu território é possível visualizar nestes China, Rússia e/ou Coreia do Norte.

O documento expõe: “We will maintain necessary defense force structure to respond effectively to the invasion of Japan’s offshore islands (...).” Em 2019 o National Defense Program Guidelines FY-2019⁵⁵, novamente relata a ameaça de invasão do território soberano japonês: “Furthermore, to counter invasion of remote islands, GSDF will take necessary measures to establish hyper-velocity gliding projectile (HVGP) units for the defense of remote islands.” Assim, nesse estado permanente de vigilância o país não se distanciou muito do posicionamento já tido como o normal anterior ao governo Abe. Entretanto houve durante

⁵⁴ Para saber mais ler: <https://br.reuters.com/article/idINKCN0PX2P820150723>

⁵⁵ Disponível em https://www.mod.go.jp/j/approach/agenda/guideline/2019/pdf/chuki_seibi31-35_e.pdf

a administração de 2012-2020 de Abe um incremento real do armamento japonês.

Imagem 6 – Materiais da Força de Autodefesa Terrestre 2013 em comparação aos dados de 2019

GSDF – GROUND SELF-DEFENCE FORCES	
MBT (Main Battle Tank)	
26 Type-10 410 Type-74 341 Type-90 0 Type-16	79-Type-10 250 Type-74 341 Type-90 36 Type-16 MCV (Assault)
Artillery – 1776	
SP (Self-propelled) 193 68 Type-99 (155mm) 79 M110A2 (203mm) 46 Type-75 (155mm)	Artillery – 1716 SP 172 105 Type-99 (155mm) 67 M110A2 (203mm)
Towed Towed	
422 FH-70 (155mm)	340 FH-70 (155mm)
Helicopters	
74 AH-15 (Cobra) 10 AH-64D (Apache) 30 UH-60L (Black Hawk)	59 AH-15 (Cobra) 11 AH-64D (Apache) 39 UH-60L (Black Hawk)

Fonte – Elaborado pelo autor utilizando dados do Military Balance 2013 e 2019⁵⁶

No quadro acima há uma seleção, realizada pelo autor, de alguns dos armamentos durante a administração Abe, nele é possível visualizar na área referente aos veículos blindados (Main Battle Tank), um incremento no número de Type-10, uma redução do número de Type-74 e a obtenção de Type-16. Essas alterações podem ser observadas em outros materiais como nos dispositivos de artilharia autopropulsada (Self-propelled) e helicópteros. A modificação observada demonstra uma substituição de materiais em decorrência do avanço tecnológico e modernização das forças, em alguns momentos a substituição pode ser vista como maneira de melhor adaptar as funções do mecanismo as missões desempenhadas por estes, tendo em vista os objetivos japoneses atuais. Por exemplo,

⁵⁶ Os dados à esquerda da imagem são referentes a 2013, os dados à direita referentes a 2019.

o AH-15 Cobra, é uma aeronave de rotor com duas pás e monomotor, as aeronaves da classe Cobra foram a espinha dorsal do exército estadunidense até serem substituídas pelas da classe AH-64 Apache, ambos helicópteros de ataque. Dessa forma a redução do número de Cobras e o leve aumento das aeronaves Apache pode indicar um alinhamento a decisão norte-americana, porém o considerável aumento no número de UH-60L Black Hawks, aeronave de rotor com quatro pás, bimotor, ideal para missões de natureza anfíbia, com grande potencial de atuação sob terra e água, demonstra a natureza das missões enfrentadas pelas forças japonesas e a preferência por material tecnologicamente superior para tais atividades.

Imagem 7 – Materiais da Força de Autodefesa Marítima e Guarda Costeira, 2013 em comparação aos dados de 2019

MSDF – MARITIME SELF-DEFENCE FORCES	
Submarines 18 11 Oyashio 4 Soryu	Submarines 20 11 Oyashio 9 Soryu
Aircraft Carriers 2 2 Hyuga	Aircraft Carriers 4 2 Hyuga 2 Izumo
Destroyers 30	Destroyers 33
Frigates 13	Frigates 10
Naval Aviation 78 Aircraft 122 Helicopters	Naval Aviation 78 Aircraft 130 Helicopters
Coast guard	
PSO (Peace Support Operations) 28 3 Hida 1 Izu 1 Kojima 1 Miura 1 Nojima 7 Ojika 12 Shiretoko 2 Kunigami	PSO 43 2 Hida 1 Izu 1 Kojima 1 Miura 6 Ojika 2 Kunigami 9 Heteruma 14 Taketomi

Fonte – Elaborado pelo autor utilizando dados do Military Balance 2013 e 2019⁵⁷

Os dados da MSDF e da Guarda costeira demonstram uma mudança bem mais perceptível. Na área do MSDF quase todos os números aumentaram, e vale ressaltar a grande participação da indústria nacional japonesa. Esse fator está diretamente ligado a abertura das exportações japonesas de material bélico, com o intento de modernizar e tornar mais competitiva a fabricação destas embarcações. Na guarda costeira é perceptível a modificação da frota, não só houve o acréscimo de 15 embarcações como a inclusão de dois novos modelos a diversificando.

Assim é possível perceber um real aumento nas capacidades japonesas, entretanto esse aumento não é algo de grande substancialidade, em vez de números as modificações japonesas ocorreram principalmente na modernização da tecnologia dos instrumentos de combate. O crescimento do armamento japonês na última década foi qualitativo em vez de quantitativo. O país divulgou também em 2017 a obtenção de um sistema defensivo de mísseis Aegis, e em 2018 a criação de seu primeiro porta-aviões desde a batalha de Midway, em 1942, auge da guerra do pacífico. Segundo o *The Military Balance* em 2018 o Japão possuía o 8º maior investimento militar do planeta e o arsenal militar com maior sofisticação tecnológica da Ásia. O passo seguinte anunciado da administração Abe foi a plena revisão do artigo 9, como maneira definitiva de libertar o Japão de suas amarras pós-guerra e restabelecer de fato toda a extensão de seu poder defensivo/militar.

Com as eleições de 2017 Abe foi reeleito para seu quarto mandato no governo japonês, o Partido Liberal Democrata garantiu maioria de dois terços nas câmaras legislativas possibilitando a reforma constitucional do artigo 9. O governo planejou a revisão para ser votada em 2020, entretanto a pandemia do Coronavírus (Covid-19) e a posterior renúncia de Abe, adiaram os planos indeterminadamente (REUTERS, 2020).

Embora a aprovação popular de Abe em 2019 não fosse mais o que foi em 2013, quando o premiê obteve seu auge de 68,9% de aprovação, o governo permanece com uma aprovação expressiva. Em abril de 2019 o gabinete possuía 49,2% de aprovação, índice crescente uma vez superada a crise de confiabilidade em que o governo caiu quando em julho de 2017 chegou ao menor índice de aprovação já registrado com 34,2% (dados do Japan Macro Advisors⁵⁸), por tanto pode-se afirmar que a administração permanecia de acordo aos

⁵⁷ Os dados à esquerda da imagem são referentes a 2013, os dados à direita referentes a 2019. Todos as embarcações da Guarda costeira de PSO em 2019, estão equipados com plataforma de pouso.

⁵⁸ Disponível em: <https://www.japanmacroadvisors.com/page/category/politics/cabinet-approval-rating/>

anseios populares.

Em 28 de agosto de 2020, Abe Shinzo anunciou sua renúncia do cargo de primeiro-ministro por questões de saúde. O premiê abandonou o cargo sem ver seu plano de um novo Japão concretizado, neste momento vale analisar a visão do premiê para o seu Japão e atuação de seu sucessor nos primeiros meses de governo. Abe pode ser considerado um nacionalista brando, seu plano para o país visava finalizar a era pós-guerra, com a reforma da constituição sendo seu ato final, e iniciar uma nova era em que o país olharia muito mais para seu futuro que para o seu passado. Retirando da população japonesa atual, em grande parte não nascida durante a guerra, o peso do passado, Abe visava unir a nação em prol da promoção da imagem japonesa internacionalmente, consolidando o país como superpotência e player ativo nas relações internacionais em âmbito global.

Apesar de assumir sob uma pandemia e diversos problemas econômicos decorrentes da crise gerada por esta, o sucessor de Abe, Yoshihide Suga, se mostrou alinhado com as ações do gabinete anterior. O governo Suga é considerado uma continuação do governo Abe e nesse sentido é visto como garantia de estabilidade e continuação das políticas adotadas. Suga afirmou estar comprometido com a revisão do Artigo 9, e a manutenção das políticas econômicas de Abe, principalmente agora com uma crise econômica em vista, entretanto o governo despense todos os seus recursos no combate ao Covid-19 e assim deve permanecer até meados de 2021. A primeira viagem ao exterior do premiê foi ao Vietnã em outubro de 2020, ponto chave nas disputas do Mar do Sul da China, e gerou acordos de transferências de tecnologia e material defensivo para o país, em conformidade ao projeto do “overseas development assistance (ODA)” citado anteriormente. O quanto da visão de Abe os próximos governantes realizarão só o tempo dirá, entretanto o projeto remilitarizatório japonês que avançou mais em uma década de governo Abe, que durante as duas décadas anteriores apesar de paralizado pela pandemia encontra-se em vias de ser concluído com a revisão constitucional.

Considerações Finais

A história do Japão pós-Segunda guerra e principalmente o governo Abe de 2012-2020, podem ser visualizadas sob duas teorias das relações internacionais, o Realismo e o Construtivismo. Visando finalizar o artigo deve-se analisar as duas teorias em conformidade com as ações do governo Abe buscando definir qual destas melhor se enquadra em sua visão de Japão.

Clausewitz definiu o Realismo como “o Estado usando meios militares para alcançar fins políticos” ou de forma menos militarista e mais estatocentrista, o Estado age focado em seus interesses, domésticos ou internacionais. Ambas as afirmações são reais no Japão de hoje. As políticas de Abe visavam primariamente o restabelecimento militar do país como um meio para se obter um fim essencialmente político. A reestruturação do CSNU, o fortalecimento da aliança com os EUA, o papel internacionalmente ativo nas forças de paz, todos estes são instrumentos pelos quais a política japonesa busca se afirmar como superpotência global com capacidade de projeção de força.

A intenção japonesa em se firmar militarmente e politicamente como um player relevante e poderoso nas relações globais, reforçando a postura do país como global player, vai além da ideia de manutenção do status quo, a questão em si é ver os interesses japoneses realizados na região, principalmente a contenção do expansionismo chinês. Seja nas ilhas Senkaku/Diaoyu ou no Mar do Sul da China, a expansão chinesa ameaça as rotas de comércio japonesas, que passam pelas Filipinas, Indonésia, Vietnã e outros pontos disputados, para acessar o estreito de Málaca e o Golfo de Aden levando os produtos japoneses ao mercado europeu. A legislação antipirataria (2012), foi um exemplo de até onde o Japão pode chegar para proteger seus interesses, a atuação em águas internacionais decretada unilateralmente para proteção de suas embarcações atenuou o espanto das nações estrangeiras ao protegê-las também dos ataques piratas. Entretanto vale ressaltar que mesmo as legislações restritivas não foram impedimento para o despacho de forças que garantissem a proteção do mercado e da economia japonesa. Fica evidente o comprometimento do governo japonês em usar meios militares para atingir os fins políticos almejados.

Wohlforth (2008), afirma que o Grupismo Realista (Realistic Groupism) se trata de “Group solidarity is essential to domestic politics and conflict, and cooperation between polities is the essence of international politics.” para o autor atualmente a mais importante forma de grupos humanos são os Estados-Nação e dentre estes a mais importante forma de

coesão social em grupos é o nacionalismo. A visão do governo japonês ao longo de toda a década de 2010 foi alinhada a este pensamento. Como já referido anteriormente, o ponto principal da política interna de Abe era afastar o país de seus fantasmas passados, gerando coerência nacional e um sentimento nacionalista, que reformariam as instituições estatais devolvendo o Japão a seu estado “normal”, isso levaria o país ao seu futuro livre do espectro de culpa e reparação que o persegue desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

A teoria liberal não se enquadraria ao caso japonês uma vez que se utiliza das relações comerciais e econômicas como fato gerador da paz e estabilidade. Entretanto mesmo com a enorme troca comercial entre Japão e China, o conflito não parece ser mitigado, pelo contrário se intensifica.

A visão de um novo Japão por Abe permeia outra teoria das relações internacionais, o construtivismo. Como parte da teoria construtivista as preferências pessoais de Abe, como seu nascimento no pós-guerra e inserção desde cedo no meio político. Como Wendt bem ilustrou, as ações dos atores também são decorrentes de ideias compartilhadas, o trauma nacional gerado pelo fracasso na Guerra do Golfo, com certeza atuou de forma a influenciar o pensamento político do então futuro primeiro-ministro. Como o ponto fundamental da teoria aponta, as ações de indivíduos modificam o status do Estado, nesse caso, as reformas realizadas sobre a administração Abe, avançaram o processo de remilitarização mais que durante o governo de qualquer outro primeiro ministro na história recente do Japão. Por ser o construtivismo uma teoria primariamente política, pode ser implantada aos fatores externos e internos que influenciaram a tomada de decisão do governo japonês. Entretanto apesar de sua utilidade para visualizar o governo Abe isoladamente, essa não é a melhor teoria para se explicar o processo de remilitarização como um todo.

Visualizando a partir dos anos 1990, a teoria que melhor se enquadra é a teoria dos Great Power Politics, elaborada por John Mearsheimer. Os objetivos finais de buscar a hegemonia regional e impedir o surgimento de um competidor é evidente nas ações japonesas de auxílio aos países do sudeste asiático. A teoria de Mearsheimer exemplifica a existência da estrutura de competição, algo perceptível na intrincada disputa de poder entre China, Japão, as duas Coreias e Taiwan. Entretanto como a teoria foi criada visando atender as generalidades globais, esta não visualiza especificidades do caso japonês. Mearsheimer como um bom neorrealista não dá a devida atenção e importância as instituições multilaterais. A teoria, não as leva em conta como fator modificante do equilíbrio de poder, entretanto a obtenção de um

assento no CSNU, garantiria segurança ao país sem necessariamente obter a hegemonia regional. A capacidade de contrabalancear as ações chinesas no conselho, e garantir seus interesses na região com o uso do poder de veto, favoreceriam muito o Estado japonês. O fator dissuasivo do CSNU colocaria o Japão num patamar fora da agressão chinesa independentemente do fator americano. Outro fator importante das instituições multilaterais é a formação de alianças militares. As atividades conjuntas Japão, EUA, Índia, Austrália, demonstram um estreitamento das relações entre estes países, relações estas que podem rapidamente evoluir para uma aliança militar aos moldes da OTAN, com grande probabilidade de adesão das Filipinas e outros países da Oceania. Questão importante para esta organização seria a questão orçamentária, uma vez que os EUA não se encontram solícitos a gastarem mais bilhões de dólares na defesa de países estrangeiros, a solução possível seria uma distribuição mais igualitária ou a disponibilidade japonesa em tomar maior parte dos gastos. Ambas as alternativas apresentam uma visão onde o multilateralismo se mostra item chave para a política externa japonesa e a segurança do arquipélago.

Assim pode-se concluir que a teoria neorrealista dos *Great Power Politics*, possui um arcabouço que melhor se enquadra ao estudo do processo de remilitarização japonês. Processo esse decorrente de uma ameaça externa por parte de um quase hegemom regional, que levou o país a adotar uma política de captação de prestígio internacional, visando converter esse prestígio em moeda de troca para mecanismos multilaterais, e o público interno de forma a modificar sua situação de defesa atual. Graças a teoria de Mearsheimer é possível perceber que o causador da remilitarização japonesa foi primariamente o sistema anárquico e sua falha estrutural que leva a competição.

Dessa forma o Japão continua sua campanha em busca de pleno domínio de sua força militar há muito mitigada por suas próprias ações do contexto da Segunda Guerra. Ainda com um maior poderio tecnológico, um conflito entre Japão e qualquer dos vizinhos circundantes se mostraria desastroso para a região e fora da zona de interesses de qualquer país regional. Por se tratar de um processo ainda em curso com resultados desconhecidos, este projeto não pode firmar as consequências finais do rearmamento japonês, deixando para projetos futuros a análise completa de tal evento. Por fim cabe a diplomacia e as nações da região “aspirar” como referido na constituição japonesa de 46 “sinceramente a paz internacional baseada na justiça e na ordem”.

Referências

The Constitution of Japan. 1947.

HUGHES, C. W. (2017). Japan's Grand Strategic Shift: From the Yoshida Doctrine to an Abe Doctrine?. *Strategic Asia*, 18, 72-105.

SUGITA, Y. (2016). The Yoshida Doctrine as a myth. *The Japanese Journal of American Studies*, 27, 123-143.

(2019) Chapter 2: Comparative defence statistics, *The Military Balance*, 119:1, 222-319, DOI: 10.1080/04597222.2018.1561032

United States Census Bureau. Trade in Goods with Japan. Disponível em: <https://www.census.gov/foreign-trade/balance/c5880.html>. Acesso em: 28 ago. 2020.

BUREAU OF EAST ASIAN AND PACIFIC AFFAIRS. U.S. Relations With Japan. 2020. Disponível em: <https://www.state.gov/u-s-relations-with-japan/>. Acesso em: 28 ago. 2020.

Treaty of Mutual Cooperation and Security Between Japan and the United States of America, 1960. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/region/n-america/us/q&a/ref/1.html>. Acesso em: 28 ago. 2020.

PAUL Goldstein. Japan Times. Japan's growing geostrategic role. 2019. Disponível em: <https://www.japantimes.co.jp/opinion/2019/06/23/commentary/japan-commentary/japans-growing-geostrategic-role/#.X0h3VMhKi01>. Acesso em: 28 ago. 2020.

Office of the Historian. Memorandum of Conversation, by the Counselor of the Mission in Japan (Huston). 1950. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v06/d703>. Acesso em: 28 ago. 2020.

KISSINGER, Henry. Diplomacia. Saraiva; 1ª Edição (2012), A Nova Ordem Mundial. p09.

SAN FRANCISCO TREATY PEACE. (1951)

KENSEI, Y. (2008). US bases, Japan and the reality of Okinawa as a military colony. *ASIA-PACIFIC JOURNAL-JAPAN FOCUS*, 6(8). Disponível em:

<https://apjff.org/-Yoshida-Kensei/2857/article.html>. Acesso em: 28 ago. 2020.

HASTINGS, M. *The Korean War*. New York: simon & schuster, 1987. p. 133.

JAPAN'S WHITE PAPER. Strengthening of the Japan-U.S. Alliance. 2016. Disponível em: https://www.mod.go.jp/e/publ/w_paper/pdf/2016/DOJ2016_2-4-4_web.pdf. Acesso em: 28 ago. 2020.

UniCEUB; John Mearsheimer: The plague and the future of international politics; Youtube; Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=uNu_-7vej4&list=FLA9dieiud3s30Mx4zYMILVA&index=2 ; Acessado em: 27/08/2020

U.S. Forces, Japan. Disponível em: <https://www.usfj.mil/> ; Acessado em: 27/08/2020

YODA, T. (2006). Japan's host nation support program for the US-Japan Security Alliance: past and prospects. *Asian Survey*, 46(6), 937-961. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.1525/as.2006.46.6.937>. Acesso em: 28 ago. 2020.

Japan Military Expenditure. Trading Economics. Disponível em: <https://tradingeconomics.com/japan/military-expenditure>. Acesso em: 28 ago. 2020.

Gov.br. Empresa brasileira de armas fecha joint venture com a Índia. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2020/01/empresa-brasileira-de-armas-fecha-joint-venture-com-a-india>. Acesso em: 28 ago. 2020.

WATSON-LYNN, E., & DEAN, P. (2020). Modernising ANZUS: Next-generation perspectives on the US–Australia alliance. Disponível em: <https://www.aspistrategist.org.au/modernising-anzus-next-generation-perspectives-on-the-us-australia-alliance/>. Acesso em: 28 ago. 2020.

Commander U.S. Pacific Fleet. Australia, Japan, join U.S. for trilateral naval exercise. 2020. Disponível em: <https://www.cpf.navy.mil/news.aspx/130684>. Acesso em: 28 ago. 2020.

HUME, D. *Of the balance of power*. 1752. 154-160p.

PYLE, K. B. (1996). *The Japanese question: Power and purpose in a new era*. American

Enterprise Institute.

MOFA. Japan-India Relations. 2020. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/india/data.html#:~:text=Exchange%20between%20Japan%20and%20India,Buddhism%20was%20introduced%20to%20Japan.&text=This%20treaty%20was%20one%20of,countries%20have%20enjoyed%20cordial%20relations..> Acesso em: 03 set. 2020

NYE, Joseph S.. Arab news. A three-country balance of power in East Asia. 2018. Disponível em: <https://www.arabnews.com/node/1383891>. Acesso em: 03 set. 2020.

UChicago Social Sciences; Harper Lecture with John J. Mearsheimer: Can China Rise Peacefully?; Youtube; Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0DMn4PmiDeQ&list=FLA9dieiud3s30Mx4zYMILVA&index=2&t=3368s>; Acessado em: 03 set. 2020

SPYKMAN, N. J. (1944). *The geography of the peace*. Harcourt, Brace.

MACKINDER, H. J. (1962). *Democratic ideals and reality* (No. 184). DIANE Publishing.

BECKLEY, M. (2017). The Emerging Military Balance in East Asia: How China's Neighbors Can Check Chinese Naval Expansion. *International Security*, 42(2), 78-119.

D'OTREPPE, Stephanie. NPR. Tokyo's Governor Stokes The Island Feud With China. Disponível em: <https://www.npr.org/2012/09/26/161812054/tokyos-governor-stokes-the-island-feud-with-china>. Acesso em: 18 set. 2020.

World Integrated Trade Solutions. Japan exports, imports and trade balance By Country 2018. Disponível em: <https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/JPN/Year/LTST/TradeFlow/EXPIMP/Partner/by-country#:~:text=In%202018%2C%20Japan%20major%20trading,Arabia%20and%20Korea%2C%20Rep...> Acesso em: 18 set. 2020.

The Observatory Of Economic Complexity. Japan exports, imports and trade partners. 2020. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/jpn>. Acesso em: 18 set. 2020

Trading Economics . China Imports. Disponível em:
<https://tradingeconomics.com/china/imports>. Acesso em: 18 set. 2020.

Trading Economics. China Exports. Disponível em:
<https://tradingeconomics.com/china/exports>. Acesso em: 18 set. 2020.

Japanese Ministry Of Foreign Affairs (MOFA). Status of activities by Chinese government vessels and Chinese fishing vessels in waters surrounding the Senkaku Islands. 2016. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/files/000180283.pdf>. Acesso em: 18 set. 2020.

LEWNTOWICZ, S. E. (2013). *In response to Yasukuni: the curious approach the Chinese and South Korean governments take toward an unresolved link to the past*. NAVAL POSTGRADUATE SCHOOL MONTEREY CA.

Foreign Affairs. Japan Is Back: a conversation with shinzo abe. A Conversation With Shinzo Abe. 2013. Disponível em:
<https://www.foreignaffairs.com/interviews/2013-05-16/japan-back>. Acesso em: 21 set. 2020.

The Wall Street Journal. Hong Kong Activists Claim Success After Senkaku Landing. 2012. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/BL-CJB-16305>. Acesso em: 21 set. 2020.

Yushukan Museum official site: <https://www.yasukuni.or.jp/english/yushukan/>

Japanese Ground Self Defense Force. International peace cooperation operation. 2020. Disponível em: <https://www.mod.go.jp/gsdf/english/pko/index.html>. Acesso em: 19 out. 2020.

JEFFREY W. HORNUNG. Foreign Policy. With Little Fanfare, Japan Just Changed the Way It Uses Its Military. 2019. Disponível em:
<https://foreignpolicy.com/2019/05/03/with-little-fanfare-japan-just-changed-the-way-it-uses-it-s-military/>. Acesso em: 19 out. 2020.

JAPAN, Mainichi. Japan policy on strike capability could raise tensions in East Asia. 2020. Disponível em:
<https://mainichi.jp/english/articles/20200906/p2g/00m/0na/018000c#:~:text=The%20ruling%>

20Liberal%20Democratic%20Party,its%20exclusively%20defense%20oriented%20policy..
Acesso em: 19 out. 2020.

SHIBATA, A. (1994). Japanese peacekeeping legislation and recent developments in UN operations. *Yale J. Int'l L.*, 19, 307.

CONGRESS, Library Of The. Japan: Article 9 of the Constitution. 2015. Disponível em: <https://www.loc.gov/law/help/japan-constitution/article9.php>. Acesso em: 19 out. 2020.

FOUSE, David. 2007. *Japan's Dispatch of the Ground Self Defense Force to Iraq: Lessons Learned*. Disponível em: <http://www.apcss.org/Publications/Japan's%20Dispatch%20of%20the%20GSDF%20to%20Iraq.Fouse.doc.pdf> > Acesso em: 15 jan. 2012.

GUIMARÃES, Lytton L. 2005 *A inserção político diplomática do Japão no cenário internacional*. Disponível em: http://vsites.unb.br/ceam/neasia/boletins/artigo_lytton20406.pdf > Acesso em: 08 jun. 2012.

PILLING, David. 2004. *The role of Tokyo's Self Defense Forces is increasingly beset by contradictions*. In: *Financial Times*.

MEARSHEIMER, John J. 1994/1995. "The false promise of International Institutions." *International Security*.19(3): 5-49.

KEOHANE, Robert e NYE, Joseph. 2000. "Realism and Complex Interdependence." In: LINKLATER, Andrew (Ed.). *International Relations*. Vol. II. Florence: Routledge, 718-731.

KURASHINA, Yuko. 2005. *Peacekeeping participation and identity changes in the Japan Self Defense Forces: Military Service as "Dirty Work"*. Disponível em: <http://drum.lib.umd.edu/bitstream/1903/2967/1/umiumd-2760.pdf> > Acesso em: 01 jun. 2020.

HESKE, H. (1987). Karl Haushofer: his role in German geopolitics and in Nazi politics. *Political Geography Quarterly*, 6(2), 135-144.

JAPAN COAST GUARD ANNUAL REPORT. 2016. Disponível em:

https://www.kaiho.mlit.go.jp/e/annual_report_of_jcg.html. Acesso em: 19 out. 2020.

MINA POLLMANN. The Diplomat. The Ever-Evolving Importance of Japan's Coast Guard. 2019. Disponível em:

<https://thediplomat.com/2019/12/the-ever-evolving-importance-of-japans-coast-guard/>. Acesso em: 19 out. 2020.

Japan Ministry Of Defense. Joint Staff Press Release: statistics on scrambles through fy2019.

Statistics on scrambles through FY2019. Disponível em:

https://www.mod.go.jp/js/Press/press2020/press_pdf/p20200409_02.pdf. Acesso em: 19 out. 2020.

TRADING ECONOMICS. Sipri. Japan China Military Expenditures. Disponível em:

<https://tradingeconomics.com/japan/military-expenditure#:~:text=Military%20Expenditure%20in%20Japan%20averaged,updated%20on%20October%20of%202020..> Acesso em: 19 out. 2020.

DRIFTE, Reinhard. (2000). *Japan's quest for a permanent security council seat*. Palgrave Macmillan, a division of Macmillan Publishers Limited.

Mofa Japanese Ministry Of Foreign Affairs. Diplomatic Bluebook 2018: japan's foreign policy to promote national and global interests. Japan's Foreign Policy to Promote National and Global Interests. 2018. Disponível em:

<https://www.mofa.go.jp/policy/other/bluebook/2018/html/chapter3/c030105.html#:~:text=Wit%20h%20regard%20to%20the%20assessed,after%20the%20U.S.%20and%20China..> Acesso em: 03 nov. 2020.

United Nations. United Nations Peacekeeping. 2020. Disponível em:

<https://peacekeeping.un.org/en>. Acesso em: 03 nov. 2020.

ANDO, Nisuke (1999-05-27). *Japan and International Law: Past, Present and Future : International Symposium to Mark the Centennial of the Japanese Association of International Law*. Martinus Nijhoff Publishers. p. 32. ISBN 9041111948.

United Nations. Committee on Contributions: contributions received for 2019 for the united

nations regular budget. Contributions received for 2019 for the United Nations Regular Budget. 2019. Disponível em: https://www.un.org/en/ga/contributions/honourroll_2019.shtml. Acesso em: 03 nov. 2020.

MUNEO, N., & MINEAR, R. (2014). The Overseas Dispatch of Japan's Self-Defense Forces and US War Preparations . *JapanFocus*. August, 4.

HIROSHI, Nakanishi. The Gulf War and Japanese Diplomacy: reflections on japan's post-cold war foreign policy. *Reflections on Japan's Post-Cold War Foreign Policy*. 2011. Disponível em: <https://www.nippon.com/en/features/c00202/>. Acesso em: 03 nov. 2020.

T.R. REID. Washington Post. JAPAN'S NEW FRUSTRATION. 1991. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/archive/politics/1991/03/17/japans-new-frustration/e5ea50e0-56f1-4380-a8f0-5e6b009b44a8/>. Acesso em: 03 nov. 2020.

KELLY. Tim, KUBO. Nobuhiro. Washington Post. Gulf war trauma began Japan's retreat from pacifism. 2015. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-japan-military-history-insight/gulf-war-trauma-began-japans-retreat-from-pacifism-idUSKBN0U300D20151220>. Acesso em: 03 nov. 2020.

BERKOFISKY, A. (2011). *Japanese security and defense Policies: trends, threat perceptions and prospects*. Institute for Security and Development Policy.

GUIMARÃES, Lytton. L. (2012). A inserção político diplomática do Japão no cenário internacional.

DANTAS, A. C., & LEITE, A. C. C. (2016). As Interações das Forças de Autodefesa do Japão com a Organização das Nações Unidas e a Repercussão para a Segurança Nacional do Japão. *Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais Brazilian Journal of Strategy & International Relations*, 34.

PILLING, D. (2004). A Wageless Recovery: Japan's Economic Growth Has Failed to Boost Workers' Pay. *Financial Times*.

BALDWIN, D. A. (1993). *Neorealism and neoliberalism: the contemporary debate*. Columbia University Press.

Japan Times. High court: ASDF mission to Iraq illegal. 2008. Disponível em: <https://www.japantimes.co.jp/news/2008/04/18/national/high-court-asdf-mission-to-iraq-illegal/>. Acesso em: 03 nov. 2020.

Mofa Japanese Ministry Of Foreign Affairs. Japan's Contribution to UN Peacekeeping Operations (PKO): japan's contributions based on the international peace cooperation act. Japan's Contributions Based on the International Peace Cooperation Act. 2015. Disponível em: https://www.mofa.go.jp/fp/ipc/page22e_000684.html. Acesso em: 03 nov. 2020.

Mofa Japanese Ministry Of Foreign Affairs. Japan's Policies on the Control of Arms Exports. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/policy/un/disarmament/policy/index.html>. Acesso em: 23 nov. 2020.

TAKENAKA, Kiyoshi; KUBO, Nobuhiro. Reuters Japan relaxes arms export regime to fortify defense. 2014. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-japan-defence/japan-relaxes-arms-export-regime-to-fortify-defense-idUSBREA2U1VF20140401>. Acesso em: 23 nov. 2020.

REIJI YOSHIDA. Japan Times. Diet session extended through September as Abe aims to pass contentious security bills. 2015. Disponível em: <https://www.japantimes.co.jp/news/2015/06/22/national/politics-diplomacy/diet-session-to-be-extended-through-september-as-abe-aims-to-pass-contentious-security-bills/#.VoF0eU-REWh>. Acesso em: 23 nov. 2020.

ISABEL REYNOLDS. Bloomberg. Abe Security Bills Pass Japan's Lower House as Protests Flare. 2015. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2015-07-15/abe-stares-down-tears-protests-as-security-bills-erode-support>. Acesso em: 23 nov. 2020.

BBC. Japan's lower house approves change to self-defence law. 2015. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-33546465>. Acesso em: 23 nov. 2020.

Mod, Japanese Ministry Of Defence. Outline of the Legislation for Peace and Security. 2016.

Disponível em: https://www.mod.go.jp/e/publ/w_paper/pdf/2016/DOJ2016_2-3-2_web.pdf.
Acesso em: 23 nov. 2020.

BBC. Japan to allow military role overseas in historic move. 2015. Disponível em:
<https://www.bbc.com/news/world-asia-34287362>. Acesso em: 23 nov. 2020.

SHOTARO Miyasaka & TAKAKO Gakuto. Nikkei Asia. Abe's future uncertain as public support dives. 2015. Disponível em:
<https://asia.nikkei.com/Politics-Economy/Policy-Politics/Abe-s-future-uncertain-as-public-support-dives?page=1>. Acesso em: 23 nov. 2020.

DAVID MCNEILL. The Irish Times. Nagasaki survivors criticise Shinzo Abe's military push. 2015. Disponível em:
<https://www.irishtimes.com/news/world/asia-pacific/nagasaki-survivors-criticise-shinzo-abe-s-military-push-1.2311694>. Acesso em: 23 nov. 2020.

LINDA SIEG. Reuters. Cartoon capers: Japan PM uses offbeat PR blitz to rescue ratings. 2015. Disponível em:
<https://www.reuters.com/article/us-japan-security-abe-idUSKCN0PX2PC20150723>. Acesso em: 23 nov. 2020.

WOHLFORTH, William. "Realism." In *The Oxford Handbook of International Relations*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

ASIA, Nikkei. Abe camp gains supermajority needed to alter constitution. 2016. Disponível em:
<https://asia.nikkei.com/Politics-Economy/Policy-Politics/Abe-camp-gains-supermajority-needed-to-alter-constitution>. Acesso em: 23 nov. 2020.

REUTERS. Japan's Abe hopes for reform of pacifist charter by 2020. 2017. Disponível em:
<https://www.reuters.com/article/us-japan-government-constitution-idUSKBN17Z0BH>.
Acesso em: 23 nov. 2020.

IISS. Unpacking Japan's new administration's policy priorities and challenges. 2020. Disponível em:

<https://www.iiss.org/events/2020/10/japans-new-governments-policy-priorities>. Acesso em: 23 nov. 2020.

ORTIZ, Miguel. Japan has started to convert its first aircraft carrier in 75 years. 2020. Disponível em: <https://www.businessinsider.com/japan-starts-conversion-of-first-aircraft-carrier-in-75-years-2020-7>. Acesso em: 23 nov. 2020.

Michigan Debate; John Mearsheimer on Realism and the Rise of China; Youtube; Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=D_Mx_e8t7nU&feature=youtu.be; Acessado em 23/11/2020

MACKINDER, H. J. (1962). *Democratic ideals and reality* (No. 184). DIANE Publishing.

MEARSHEIMER, J. J. (2001). *The tragedy of great power politics*. WW Norton & Company.

PURRINGTON, C. (1992). Tokyo's Policy Responses During the Gulf War and the Impact of the "Iraqi Shock" on Japan. *Pacific Affairs*, 161-181.

WENDT, A. (1995). Anarchy is What States Make of It: The Social Construction of Power Politics (1992). In *International Theory* (pp. 129-177). Palgrave Macmillan, London.

Smith, S., & McClean, C. (2017). US-Japan relations and the Trump effect. *Comparative Connections*, 18(3), 9.

Balázs Szalontai, "Instrumental Nationalism? The Dokdo Problem Through the Lens of North Korean Propaganda and Diplomacy," *Journal of Northeast Asian History* 10, Issue 2 (2013), pp. 115–157